

UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

ALESSANDRA OLIVEIRA DE ARAUJO

“SE TE DÓI EM OUVIR, EM MIM DÓI NO CARNAL!”: Uma análise acerca da transversalidade dos estudos de gênero e sexualidade no processo de formação profissional em serviço social.

JUAZEIRO DO NORTE – CE
2019

ALESSANDRA OLIVEIRA DE ARAUJO

“SE TE DÓI EM OUVIR, EM MIM DÓI NO CARNAL!”: Uma análise acerca da transversalidade dos estudos de gênero e sexualidade no processo de formação profissional em serviço social.

Monografia apresentada ao Centro Universitário Dr. Leão Sampaio como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, orientada pelo Professor Esp. Pedro Adjedan David de Sousa.

JUAZEIRO DO NORTE – CE
2019

ALESSANDRA OLIVEIRA DE ARAUJO

“SE TE DÓI EM OUVIR, EM MIM DÓI NO CARNAL!”: Uma análise acerca da transversalidade dos estudos de gênero e sexualidade no processo de formação profissional em serviço social.

Monografia apresentada ao Centro Universitário Dr. Leão Sampaio como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, sob a orientação do Professor Esp. Pedro Adjedan David de Sousa.

Aprovada em: __/__/__

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Esp. Pedro Adjedan David de Sousa
Orientador

Prof^a Ms. Marcia de Sousa Figueiredo Teotonio
1^a Examinadora

Prof^a Esp. Francisca Helaide Leite Mendonça
2^a Examinadora

JUAZEIRO DO NORTE – CE
2019

Dedico este trabalho a minha mãe, meus irmãos e ao meu sobrinho. Sem eles eu não seria quem sou.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as mulheres que lutaram e contribuíram para que eu pudesse ingressar no ensino superior.

A minha mãe Hiolanda, minha maior referência de resistência, que sentiu na pele o peso de ser mulher desde a mais tenra idade, carregou e carrega o peso da maternidade solo atrelada a uma vida sem grandes regalias, de tripla jornada de trabalho, abdicando de coisas essenciais para não ver os filhos enfrentando maiores privações. Amo você!

No atual cenário de ataques à educação, não poderia deixar de manifestar minha gratidão pela criação do Programa Universidade Para Todos – PROUNI, que sem ele, eu, mulher, pobre, filha de mãe solo, não estaria aqui escrevendo estas linhas prestes a receber um diploma de ensino superior. No entanto, sem deixar de me posicionar em defesa da luta por uma educação pública, gratuita, universal e de qualidade.

Às amigadas construídas no percurso acadêmico por fazerem parte do meu processo de construção e me permitirem fazer parte dos seus processos também. Pelos choros compartilhados, pelos acalantos, puxões de orelha e trocas de conhecimento. Saibam que deixaram suas marcas em minha existência. Aos poucos, mas importantes, obrigada por terem contribuído para tornar essa caminhada menos hostil.

A todo o corpo docente que acompanhou meu processo de formação, cada um de vocês contribuiu de alguma maneira para a minha construção profissional e pessoal.

Ao meu Orientador Pedro Adjedan por ter aceitado me acompanhar na construção deste trabalho que é tão importante para mim.

*“Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
Elas são coadjuvantes, não, melhor, figurantes
Que nem devia tá aqui
Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
Tanta dor rouba nossa voz, sabe o que resta de
nós?
Alvos passeando por aí
Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
Se isso é sobre vivência, me resumir à
sobrevivência
É roubar o pouco de bom que vivi
Por fim, permita que eu fale, não as minhas
cicatrizes
Achar que essas mazelas me definem é o pior
dos crimes
É dar o troféu pro nosso algoz e fazer nós
sumir”*

Emicida.

RESUMO

Este trabalho propõe uma análise acerca dos desafios da transversalidade dos estudos de gênero e sexualidade no processo de formação do (a) Assistente Social, observando como a categoria e o Curso de Graduação em Serviço Social do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio têm incorporado a temática, partindo do pressuposto de que, por ser uma profissão empenhada na luta contra a opressão e todos os tipos de preconceito e discriminação, é necessário que seja assegurada no processo de formação uma abordagem de temáticas referentes às parcelas da sociedade cujas realidades são atravessadas pelas mais diversas formas de violações de direitos. Para a elaboração dessa pesquisa foi realizada pesquisa documental de caráter exploratório. O objetivo é compreender se os estudos de gênero e sexualidade tem contribuído com a construção do perfil profissional do (a) Assistente Social no universo acadêmico, mais especificamente, no curso de Graduação em Serviço Social do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio. Utilizamos de pesquisa bibliográfica como suporte para subsidiar a discussão acerca dos estudos de gênero e sexualidade, o patriarcado enquanto estrutura que determina as relações de gênero e sexualidade, e seus efeitos na vida das mulheres e da população LGBTQ+. E, para dar prosseguimento às análises, foram analisadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Serviço Social de 1996, bem como a matriz curricular, os ementários e suas respectivas bibliografias, a fim de compreender se há menções à questão de gênero e sexualidade no Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, e de que forma a mesma é abordada nos componentes curriculares. Concluindo assim, que existe uma fragilidade no debate acerca da referida questão, tanto nas D.C, quanto no PPP do Curso de Serviço Social da referida instituição.

Palavras-chave: Gênero. Sexualidade. Formação. Serviço Social.

ABSTRACT

This paper proposes an analysis of the challenges of the transversality of gender and sexuality studies in the process of forming the Social worker, observing as the category and the Graduation Course in Social Service of the University Center Dr. Leão Sampaio have incorporated the theme, starting from the assumption that, as a profession committed to the fight against oppression and all kinds of prejudice and discrimination, it is necessary to ensure in the process of formation an approach of themes concerning the parts of society whose realities are traversed by the most diverse forms of rights violations. For the elaboration of this research, an exploratory documentary research was carried out. The objective is to understand if gender and sexuality studies have contributed to the construction of the professional profile of Social Assistant in the academic universe, more specifically, in the course of Graduation in Social Service of the University Center Dr. Leão Sampaio. We use bibliographic research as support to support the discussion about gender and sexuality studies, the patriarchy as a structure that determines the relations of gender and sexuality, and its effects on the lives of women and the LGBT+ population. And, in order to continue the analysis, the National Guidelines for the Social Services Course of 1996 were analyzed, as well as the curriculum matrix, the menus and their respective bibliographies, in order to understand if there are mentions of gender and sexuality in the pedagogical Political Project of the Graduation Course in Social Service of the University Center Dr. Leão Sampaio, and how it is addressed in the curriculum components. In conclusion, there is a weakness in the debate on this issue, both in the D.C and in the PPP of the Social Work Course of the institution.

Keywords: Gender. Sexuality. Training. Social Work.

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social -

ABGLT - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros e Intersexos Partido Popular Socialista

ANAS - Associação Nacional de Assistentes Sociais

C.E - Código de Ética

CENEAS - Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais

CES - Câmara de educação Superior

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social

CNE - Conselho Nacional de Educação

CRESS - Conselhos Regionais de Serviço Social

D.C - Diretrizes Curriculares

DATASUS - Departamento de Informática do SUS

DOU - Diário Oficial da União

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LGBTI+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais e outras identidades de gênero e sexualidade não contempladas na atual sigla adotada, representadas pelo “+”

MEC - Ministério da Educação

ONG - organização não governamental

PEPSS - Projeto Político Profissional do Serviço Social

PPP - Projeto Político Pedagógico

PPS - Partido Popular Socialista

SIM - Sistema de Informações sobre Mortalidade

STF - Supremo Tribunal Federal

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro 01 - Edições do "CFESS Manifesta" Publicadas entre 2014 e 2017 que Abordam a Questão de Gênero e Sexualidade | 43 |
| Quadro 02 - Distribuição dos Componentes Curriculares no Núcleo de Fundamentos Teórico- Metodológicos da Vida Social..... | 53 |
| Quadro 03 - Distribuição dos Componentes Curriculares no Núcleo de Formação do Sócio- Histórica da Sociedade Brasileira..... | 53 |
| Quadro 04 - Distribuição dos Componentes Curriculares no Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional..... | 53 |
| Quadro 05 - Distribuição dos Componentes Curriculares Optativos..... | 54 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO | 11 |
| CAPÍTULO I – GÊNERO, SEXUALIDADE E AS HERANÇAS PATRIARCAIS..... | 14 |
| 1.1 DOS ESTUDOS DE MULHERES AOS ESTUDOS DE GÊNERO: A RUPTURA PARADIGMÁTICA A PARTIR DE 1949. | 14 |
| 1.2 UMA ANÁLISE ESTRUTURAL DO SISTEMA PATRIARCAL BRASILEIRO À LUZ DA TEORIA QUEER. | 23 |
| 1.2.1 “Quem o patriarcado matou hoje?”: manifestações da raiz patriarcal no brasil contemporâneo..... | 28 |
| CAPÍTULO II - DO ESTRANHAMENTO À APROXIMAÇÃO: HISTÓRICO DA RELAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL E AS QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE..... | 31 |
| 2.1 O SERVIÇO SOCIAL TRADICIONAL E AS PAUTAS DOS MOVIMENTOS EMANCIPATÓRIOS..... | 31 |
| 2.2 A APROXIMAÇÃO DA CATEGORIA COM AS PAUTAS DOS MOVIMENTOS EMANCIPATÓRIOS..... | 34 |
| CAPÍTULO III - ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS: AS DIRETRIZES CURRICULARES DA ABEPPS DE 1996 E O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO. | 45 |
| 3.1 TRAJETO METODOLÓGICO..... | 45 |
| 3.2 “É NECESSÁRIO ABRIR DISCUSSÕES!”: REFLEXÕES SOBRE A TRANSVERSALIDADE DOS ESTUDOS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL. | 48 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 59 |
| REFERÊNCIAS | 60 |
| ANEXOS | 66 |

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objeto a compreensão da formação do (a) Assistente Social e os desafios da transversalidade de gênero e sexualidade. A motivação pela temática se deu pelo fato de ter minha vida perpassada por demarcadores de gênero, e por presenciar a realidade de amigos que também lutam dia após dia contra uma lógica que insiste em violentá-los. Além do alto índice de mortes de mulheres em decorrência da misoginia e do machismo, como também, do fato do Brasil ocupar o primeiro lugar em homicídios de LGBT's nas Américas por conta da LGBTfobia fincada numa lógica heteronormativa, e ainda ocupar o primeiro lugar no ranking dos países que mais matam travestis e transexuais no mundo, fatores que evidenciam a necessidade do reconhecimento do patriarcado e suas bases constitutivas enquanto eixo estruturante das relações sociais no Brasil.

Levando em consideração o referido contexto, e o fato da categoria ser orientada por um Código de Ética que possui a eliminação de todas as formas de opressão como um dos princípios centrais, ainda assim, nota-se a escassez de discussões que versem sobre a questão de gênero e sexualidade no processo de formação, a presente pesquisa tem por objetivo geral compreender se os estudos de gênero e sexualidade tem contribuído com a construção do perfil profissional do(a) Assistente Social no universo acadêmico.

Os objetivos específicos são: Analisar o processo de construção do conceito de gênero e a influência do patriarcado nas desigualdades de gênero e sexualidade, através de uma análise das três ondas do feminismo, além de uma análise das especificidades do processo de formação do Brasil, com um enfoque na forma de estruturação das opressões de gênero, que estão fincadas no sistema patriarcal de dominação/exploração e tem como um de seus pilares a heteronormatividade e a misoginia; investigar a relação entre a questão de gênero e sexualidade e o Serviço Social, buscando traçar um debate a cerca da gênese da profissão que se dá através de bases conservadoras e seu afastamento das referidas questões, passando pela renovação da profissão que significou uma ruptura com suas bases tradicionais, para assim adentrarmos na construção do Projeto Ético Político e seus elementos que denotam uma aproximação da profissão com a perspectiva de gênero e sexualidade; Identificar o modo de incorporação da perspectiva de gênero nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Serviço Social de 1996, e no Projeto Político Pedagógico e na grade curricular do curso Serviço Social do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio.

Para a estruturação do trabalho adotamos a seguinte metodologia: utilizou-se a pesquisa de caráter exploratório, tendo em vista a pouca aproximação teórica acerca da articulação das

duas temáticas, necessitando de um aprofundamento maior. E, para subsidiar a discussão, realizamos pesquisa bibliográfica para fundamentar a discussão sobre os estudos de gênero e sexualidade, sobre o patriarcado e suas implicações na vida das mulheres e da população LGBTI+ e sobre a formação profissional dos assistentes sociais.

Do ponto de vista empírico, a pesquisa foi desenvolvida mediante análise documental, tendo como base as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Serviço Social de 1996 e o Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio. Como fonte da pesquisa utilizou-se a matriz curricular do curso da referida instituição, os conteúdos pragmáticos e as bibliografias – básica e complementar – das disciplinas, a fim de localizar menções à questão de gênero e sexualidade.

O presente trabalho está estruturado em três sessões, além da introdução. A primeira sessão traz o processo de construção do conceito de gênero através da história, partindo da premissa de que sua origem está intimamente ligada à gênese e às fases do movimento feminista. Levamos em consideração as transformações do conceito de gênero tomando por bases as ondas feministas, até chegarmos na terceira onda do movimento, onde surgem os estudos Queer, que trazem uma nova perspectiva aos estudos de gênero e sexualidade, questionando o “sujeito” do feminismo, inserindo os corpos dissidentes no debate.

Feitas as explanações acerca do conceito da construção dos estudos de gênero e sexualidade, nos cabe tecer um debate de como os demarcadores de gênero incidem na realidade dos sujeitos, dessa forma, faz-se necessário trazer à discussão a forma de estruturação das opressões de gênero, que estão fincadas no sistema patriarcal de dominação/exploração e tem como um de seus pilares a heteronormatividade e a misoginia. Trazendo a análise para o Brasil, consideramos que as desigualdades sociais existentes no país, dentre elas as desigualdades de gênero, possuem raiz no seu passado colonial que esteve fincando num sistema de dominação patriarcal, racista e classista, assim, que até hoje atravessam a realidade da sociedade brasileira.

Isto posto, na segunda sessão, faz-se necessário assimilarmos como se deu a vinculação da profissão e os movimentos emancipatórios, mais especificamente os movimentos feministas e LGBTI+, considerando sua gênese fincada em práticas conservadoras, bem como o período que compreende a tentativa de ruptura com tais práticas, que gera impactos no posicionamento da profissão frente a esses movimentos, e conseqüentemente, frente às temáticas que lhes são próprias. Tal posicionamento se expressa através de componentes produzidos pela própria categoria profissional e que dão materialidade ao Projeto Ético Político.

Desta forma, na terceira sessão, procuramos descobrir de que forma o Serviço Social vem incorporando a temática de gênero e sexualidade, através de uma análise das Diretrizes

Curriculares Nacionais, e como o curso de Serviço Social do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, tem se apropriado da perspectiva de gênero e sexualidade, para isso, foram analisados elementos do Projeto Político Pedagógico do curso, sendo a matriz curricular, as ementas dos componentes curriculares do curso, e suas respectivas bibliografias, apontando sugestões de como a temática poderia ser transversalizada nestes componentes curriculares.

Enfim, encerramos o trabalho com as considerações finais e algumas reflexões acerca dos resultados que a pesquisa nos possibilitou alcançar.

CAPÍTULO I – GÊNERO, SEXUALIDADE E AS HERANÇAS PATRIARCAIS.

1.1 DOS ESTUDOS DE MULHERES AOS ESTUDOS DE GÊNERO: A RUPTURA PARADIGMÁTICA A PARTIR DE 1949.

A produção teórica acerca da questão de gênero tem início num contexto de transformações políticas, econômicas e sociais da sociedade moderna, que no lapso temporal de dois séculos (XIX-XX), tendo como base a história das lutas feministas, atribuíram gradativamente certa visibilidade, em diversos campos sociais às questões de gênero. Conforme Scavone (2008)

As ideias defendidas por essas lutas criaram condições para a emergência de uma teoria crítica feminista que, por sua vez, influenciou e incrementou estudos e pesquisas científicas sobre as relações sociais de sexo/gênero na academia ou fora dela. (SCAVONE, 2008, P. 176.)

O movimento feminista emerge sob influência da Revolução Francesa e das transformações sociais que começaram a ocorrer na metade do séc. XIX, onde insurge o período denominado “Primeira onda feminista”, marcado pelos ideais igualitaristas do movimento sufragista, perdurando até o início do século XX. As sufragistas começam a se organizar na França, Reino Unido, Estados Unidos, Canadá e Países Baixos, onde as mulheres pautavam suas lutas em torno do Sufrágio Universal (direito ao voto), direito a herança, inserção no mercado de trabalho e na vida pública, direito a propriedade e igualdade no casamento para que as mulheres também tivessem controle sobre os bens, e não somente os homens.

É importante salientarmos, que neste mesmo período as mulheres negras estadunidenses reivindicavam algo para além de seus direitos políticos, lutavam pela abolição da escravatura, cuja bandeira não era defendida pelas sufragistas, que em sua totalidade eram mulheres brancas, e não relutaram em se manifestarem contrárias às reivindicações do movimento abolicionista, sob a justificativa de que o mesmo traria a liberdade também para os homens negros, e tal fato ameaçaria os direitos das mulheres.

Apesar das ideias liberais e o universalismo predominarem durante a primeira onda, simultaneamente, algumas mulheres começaram a incorporar a questão feminina às teorias socialistas, a exemplo da alemã Rosa Luxemburgo, da russa Alexandra Kollontai e da estadunidense Emma Goldman, ambas enfocando a questão de classe, que por sua vez, não era abordada pelas sufragistas.

Contudo, é no período denominado de “segunda onda feminista” que começam a ser concebidos os conceitos e teorias feministas, e dentre os variados conceitos que emergem, enfocamos aqui o conceito de gênero. No entanto, Preciado (2008) dilucida que o conceito de gênero não é uma criação da agenda feminista dos anos 60, e sim, pertence ao discurso biotecnológico dos anos 40,

Para a rigidez do sexo do século XIX, John Money, o psicólogo infantil encarregado do tratamento de bebês intersexuais, vai opor a plasticidade tecnológica do gênero. Utiliza (ele) pela primeira vez a noção de gênero em 1947 e a desenvolve clinicamente mais tarde com Anke Ehrhardt e Joan e John Hampson para falar da possibilidade de modificar hormonal e cirurgicamente o sexo dos bebês nascidos com órgãos genitais e/ou cromossomos que a medicina, com seus critérios visuais e discursivos, não podem classificar só como femininos ou masculinos (PRECIADO, 2008, p. 81).

Apesar disto, o conceito somente passa a ser repensado como forma de desnaturalizar os gêneros e investigar as assimetrias de gênero entre homens e mulheres, no seio do feminismo. É apenas após sua incorporação nas teorias feministas que se passa a distinguir sexo e gênero, sendo o primeiro designado enquanto característica biológica, e o segundo como uma construção social, que se configura enquanto um conjunto de papéis atribuídos aos indivíduos de acordo com seu sexo.

Relembrando obras importantes que abriram caminho para a construção de um campo de estudo acerca da problemática de gênero, a exemplo da Sociologia onde se destacam as pesquisas de Madeleine Guilbert, que em 1946 iniciou a investigação acerca do trabalho feminino, e da antropologia com os estudos de Margareth Mead, que em 1948 tratava também da questão do trabalho das mulheres.

Entretanto, o marco de abertura do debate político mais radical dentro do feminismo, fora engendrado na filosofia e na Literatura, pela autora Simone de Beauvoir, através do livro “O Segundo Sexo” no ano de 1949, e obtem forte repercussão nos anos 60. Conforme Sylvie Chaperon, “Beauvoir contesta todo determinismo biológico ou desígnio divino e retoma a perspectiva hegeliana: ‘ser é tornar-se, é ter sido feito tal como nós nos mostramos’”, tendo como resultado a ideia de que não se nasce mulher, torna-se mulher, distinguindo os aspectos sociais do sexo feminino dos aspectos biológicos, ainda sem conceituar “gênero”, porém, se pode dizer que “acendeu a fagulha” para os estudos acerca da questão.

O período que compreende a segunda onda feminista tem seu início em meados dos anos 50 se estendendo até meados dos anos 90 do século XX, se engendrou nos países ocidentais

após a segunda guerra mundial, e ganhou força nas décadas de 60 e 70, marcada pelas discussões acerca da sexualidade e dos direitos reprodutivos, no qual se visava não só denunciar e explicar a condição de invisibilidade política e as origens da subordinação social a qual as mulheres estavam historicamente submetidas, mas também, chamar a atenção para a necessidade de se investir na produção de um conhecimento que denunciasses e explicasse tais questões, afim de compreender as origens da opressão sofrida pelas mulheres, para que assim se ampliassem as formas de intervenção que possibilitassem o aprofundamento do confronto com as mesmas.

Conforme elucida Pinto (2010)

A década de 1960 é particularmente importante para o mundo ocidental: os Estados Unidos entravam com todo o seu poderio na Guerra do Vietnã, envolvendo um grande número de jovens. No mesmo país surgiu o movimento hippie, na Califórnia, que propôs uma forma nova de vida, que contrariava os valores morais e de consumo norte-americanos, propagando seu famoso lema: “paz e amor”. Na Europa, aconteceu o “Maio de 68”, em Paris, quando estudantes ocuparam a Sorbonne, pondo em xeque a ordem acadêmica estabelecida há séculos; somou-se a isso, a própria desilusão com os partidos burocratizados da esquerda comunista. O movimento alastrou-se pela França, onde os estudantes tentaram uma aliança com operários, o que teve reflexos em todo o mundo. Foi também nos primeiros anos da década que foi lançada a pílula anticoncepcional, primeiro nos Estados Unidos, e logo depois na Alemanha. A música vivia a revolução dos Beatles e Rolling Stones. Em meio a esta efervescência, Betty Friedan lança em 1963 o livro que seria uma espécie de “bíblia” do novo feminismo: *A mística feminina*. Durante a década, na Europa e nos Estados Unidos, o movimento feminista surge com toda a força, e as mulheres pela primeira vez falam diretamente sobre a questão das relações de poder entre homens e mulheres. O feminismo aparece como um movimento libertário, que não quer só espaço para a mulher – no trabalho, na vida pública, na educação –, mas que luta, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo. (PINTO, 2010, p. 16)

É também no período que compreende as décadas de 60 e 70 que foram desenvolvidos, nos seio dos movimentos de libertação sexual nas mais diversas áreas de estudo, os estudos gays e lésbicos. Tais estudos, apesar de se utilizarem essencialmente da teoria de gênero cunhada pelos estudos feministas, buscaram desenvolver estudos voltados a área da sexualidade, diferente dos estudos feministas que adotam a teoria de gênero para contraditar os papéis sociais impostos a mulheres e homens.

Em diferentes períodos históricos existiram pesquisadores e teóricos que trataram da sexualidade, a exemplo de Freud, entretanto, somente após as postulações teóricas de Michel

Foucault, os estudos acerca da sexualidade humana, e, sobretudo, das sexualidades não-heterossexuais, se expandiram.

Foucault compreende a sexualidade enquanto dispositivo de controle e vigilância dos corpos e dos processos de subjetivação instituído nas sociedades ocidentais, conforme explicita:

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder. (Foucault, 2014 a, p. 100)

A referência a Michel Foucault remete ao início da corrente teórica contemporânea chamada de “teoria queer”, da qual trataremos mais adiante.

Este período que compreende o movimento de segunda onda do feminismo fora bastante propício para o desenvolvimento de um debate acadêmico, algumas autoras defendiam que a ciência feminista deveria ser construída a partir da vivência das mulheres. Através dos estudos, buscava-se compreender a estruturação da subordinação feminina, bem como suas origens e as relações de poder imbricadas nessas estruturas.

Gayle Rubin, antropóloga e feminista, é autora das primeiras postulações teóricas do que posteriormente originaria o conceito de gênero, conceito este definido pela autora como sendo “um conjunto de arranjos através dos quais, a sociedade transforma a sexualidade biológica em produto da atividade humana”, em seu texto “Tráfico de mulheres: Notas sobre a ‘Economia Política’ do sexo” de 1975, que discorre sobre a recorrência da opressão e subordinação social das mulheres com base em um diálogo crítico com a teoria antropológica de Lévy-Strauss, com a psicanálise freudiana e com o marxismo. Cabe aqui ressaltar que este foi um dos primeiros trabalhos que tratam do gênero de forma dissociada do sexo.

A partir deste debate Rubin relata que a segmentação das categorias “homem” e “mulher” ocorre através do que ela vem chamar de “sistema sexo/gênero”, no qual

Longe de ser uma expressão das diferenças naturais, a identidade exclusiva de gênero é a supressão das semelhanças naturais. Ela exige a repressão: nos homens, de tudo que seja a versa local de traços “femininos”; nas mulheres, da definição local dos traços “masculinos” (RUBIN, 1975: 23).

Rubin formula um instrumento de análise que propõe que o “masculino” e o “feminino” são características construídas por influências externas ao sujeito, ou seja, através do sistema sexo/gênero, que segundo a autora é um sistema opressor e dominante, ao passo que relega papéis aos homens e às mulheres considerados “adequados” aos seus respectivos sexos biológicos. Sendo assim, entende gênero como categoria perpassada por fatores culturais, organizadora do mundo social que marca desde espaços às ações. Com isso, ao adotar o conceito “sexo-gênero”, a autora aponta a confluência entre natureza e cultura nos espaços da sexualidade, da reprodução e do sistema de parentesco. Para Rubin, o sistema de parentesco funda o “sistema sexo-gênero”, o qual dá bases para a divisão das relações sociais baseada em uma hierarquia.

No entanto, apesar de Rubin ter centrado em suas análises do gênero enquanto categoria social, a dissociação entre sexo biológico e gênero ainda não havia se dado de forma completa, mantendo o sexo biológico como sendo base para a construção do gênero.

Uma das feministas que iniciou o debate foi Joan W. Scott, que trata da categoria gênero, através de seu artigo “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, publicado em 1986 na *American Historical Review* e traduzido em 1990 no Brasil, dialogando com autores pós-estruturalistas como Gilles Deleuze e Michel Foucault, fazendo uma crítica à concepção iluminista de um sujeito universal, biológico e a-histórico pautado na figura masculina. Assim como Rubin, acredita que o gênero é socialmente construído, porém, vai além desta afirmação, e articula o conceito de construção social com a noção de poder, concluindo que gênero:

(...) tem duas partes e diversas subpartes. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser distinguidas na análise. O núcleo essencial da definição repousa sobre a relação fundamental entre duas proposições: gênero é um elemento constitutivo das relações sociais, baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e mais, o gênero é uma forma primeira de dar significado às relações de poder (SCOTT, 1994: 13).

Compreende o gênero como um saber a respeito das diferenças sexuais, saber este interligado a noção de poder, logo, a noção de gênero estaria intimamente ligada às relações de poder, e, segundo Scott, seria uma forma inicial de dar sentido a estas relações, e o primeiro campo por meio do qual o poder é articulado.

Scott acredita que apenas conceber gênero enquanto categoria socialmente construída é insuficiente para integrar ou mudar os paradigmas históricos existentes, pois, não explica de

que forma e por qual motivo essas relações são construídas, e por qual razão o sujeito masculino é privilegiado neste processo. Para Scott, cabe aos historiadores feministas:

Examinar gênero concretamente, contextualmente e de considerá-lo um fenômeno histórico, produzido, reproduzido e transformado em diferentes situações ao longo do tempo. Esta é ao mesmo tempo uma postura familiar e nova de pensar sobre a história. Pois questiona a confiabilidade de termos que foram tomados como auto-evidentes, historicizando-os. A história não é mais a respeito do que aconteceu a homens e mulheres e como eles reagiram a isso, mas sim a respeito de como os significados subjetivos e coletivos de homens e mulheres, como categorias de identidades foram construídos (SCOTT, 1994: 19).

Por outro lado, teóricas francesas conceituaram as relações sociais de sexo (*rappports sociaux de sexe*) cujo significado assemelha-se ao da construção do sexo social, embora possua uma base materialista marxista mais explícita que o conceito de gênero, o qual na maioria das vezes está atrelado às teorias pós-estruturalistas e pós-modernas, porém, ambas rompem com o binarismo das categorias “homem” e “mulher”. Contudo, há autoras que consideram a noção de “estudos de gênero”, do ponto de vista político, mais neutra e pífia do que as noções de “estudos feministas” e “estudos gays e lésbicos”, “o que possibilita continuar os estudos sobre os aspectos simbólicos e ideológicos do masculino e do feminino sem referência à opressão do sexo feminino” (MATHIEU, 2000, in SCAVONE, 2008, p. 180).

Apesar disto, a socióloga Christine Delphy, um dos principais nomes do feminismo materialista radical francês, utiliza-se do conceito de gênero, defendendo a aplicação do materialismo histórico dialético nas relações patriarcais produtivas dentro dos núcleos familiares. Para a autora, o sexo biológico é produzido pelo gênero. Ao postular o tema “divisão sexual do trabalho doméstico”, traz a teoria de que em decorrência das relações de gênero, que naturalizam e relegam as atividades de cuidado às mulheres, as mesmas são exploradas pelos homens e maridos que se beneficiam do trabalho doméstico gratuito.

Em conformidade com Scott, ressaltamos o caráter insuficiente das concepções de Rubin que reduzem o gênero ao sistema de parentesco. O gênero deve ser visto de forma mais ampla, que inclua, não só as relações de parentesco, mas também, a sua relação com as esferas históricas, políticas, discursivas e de poder. A autora elucida que Rubin foi reducionista, uma vez que a categoria gênero é construída não só através do parentesco, como também na economia, na organização política, enfim em outros lugares igualmente fundantes (SCOTT,

1990: 15). No que concerne aos estudos das feministas materialistas, baseadas nos estudos marxistas, Scott chama atenção para o fato de que elas possuem

Uma abordagem mais histórica, já que são guiadas por uma teoria da história. Mas qualquer que sejam as variações e as adaptações, o fato de que elas se impõem a exigência de encontrar uma explicação “material” para o gênero, limitou ou, pelo menos, atrasou o desenvolvimento de novas direções de análise. (SCOTT, 1995: 4)

A partir da década de 90 insurge a terceira onda feminista, num contexto marcado por acontecimentos que causaram profundas mudanças na sociedade ocidental, dos quais podemos citar a Queda do muro de Berlim, o fim da União Soviética, a dissolução das ditaduras na América Latina e o advento do neoliberalismo. Por sua vez, a luta feminista também passava por transformações que a diferenciaria das lutas dos movimentos da primeira e segunda onda. Kimberlé Creenshaw, integrante do movimento feminista negro, em 1989, trouxe o conceito de interseccionalidade para o movimento como forma de possibilitar que as mulheres analisassem sua condição a partir das diversas formas de opressão (raça, classe, gênero) que perpassavam suas existências.

Nesse novo momento do feminismo busca-se desenvolver um conceito próprio da categoria “mulher”, reconhecendo que as mulheres não são iguais entre si, pois possuem realidades perpassadas por diversos marcadores sociais da diferença, os quais não são comuns à todas e favorecem relações de dominação. Sendo assim, há um enfoque na subjetividade da mulher, identificando as confluências de tais marcadores e analisando como a combinação destes reverbera na realidade da mulher enquanto ser.

Entendendo-se que as desigualdades sociais são frutos de um emaranhado de relações de poder, considera-se a questão de gênero como algo fundamentalmente ligado as questões de raça, etnia, sexualidade, classe e afins, diferentemente das ondas anteriores, que a consideravam enquanto questão isolada. É no interior do feminismo negro que se desenvolve o feminismo interseccional, onde se constatou que tratar a questão de gênero de forma isolada das questões de raça, resultava em omissão do trato às pautas específicas, não só no movimento antirracista, mas também no movimento feminista.

SCAVONE (2008) elucida que a partir dos anos 1990, o conceito de gênero adquire um novo desdobramento através da “teoria queer¹”, que sustenta uma crítica as questões até então

¹ Conforme elucida Louro (2004) “Queer é tudo isso: é estranho, raro, esquisito. Queer é, também, o sujeito da sexualidade desviante- homossexuais, bissexuais, transexuais, travestis, drags. É o excêntrico que não deseja ser

não problematizadas, como o binarismo da noção homem/mulher, do heterossexismo que coloca a mulher como sujeito central dos estudos feministas, e, a “heterossexualidade compulsória” imposta pelo discurso hegemônico.

A teoria supracitada, assim como os estudos gays e lésbicos, teve sua origem no seio dos movimentos norte-americanos de libertação e das lutas dos povos colocados à margem da sociedade por fugirem ao padrão heteronormativo. Neste mesmo tempo, o movimento feminista dos EUA passava por um período de crise, que teve início na década de 80, onde algumas mulheres, sendo elas negras, lésbicas e não brancas, alegavam não se sentirem representadas pelo feminismo branco que imperava até então. A produção teórica que parte desses grupos foi chamada de “Teoria Queer” pela feminista Teresa de Lauretis. Dentre os vários autores que esta teoria possui como referencial teórico podemos citar Foucault, Derrida e Judith Butler.

A filósofa Judith Butler, uma das principais representantes dos estudos queer, em sua obra “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade” publicada originalmente em 1990 tece uma crítica ao conceito de gênero e questiona a visão utilizada por Rubin e por outras teóricas feministas acerca do sistema sexo/gênero, que coloca o sexo como sendo algo inerente ao sujeito, e o gênero como algo construído socialmente. Para Butler, tanto o sexo quanto o gênero são construções socioculturais, conforme elucida:

Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado 'sexo' seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma. Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo (BUTLER, 2010, p. 25).

Assim, para a autora, o gênero seria uma “identidade tenuemente construída através do tempo” por meio de uma repetição incorporada através de gestos, movimentos e estilos (BUTLER, 2003, p.200). Ou seja, o gênero funcionaria como uma instância regulatória, formativa e reprodutiva dos sujeitos, sendo este processo naturalizado através da interpelação e da repetição.

Butler buscou abrir caminho para o que vai chamar de “construção variável da identidade”, expande a noção de gênero e sexo inserindo lésbicas, transexuais e intersexuais,

integrado e muito menos tolerado. Queer é um jeito de pensar e de ser que não aspira ao centro e nem o quer como referências; um jeito de pensar que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assume o desconforto da ambiguidade, do entre lugares, do indecidível. Queer é um corpo estranho que incomoda perturba, provoca e fascina”.

recusando o caráter essencialista da categoria “mulher”, pois, segundo a autora, delimitar o sujeito significaria excluir e naturalizar. Para isso, enfatiza que para além dos sujeitos que possuem sexo, gênero e sexualidade em conformidade, existem aqueles que fogem desse binarismo limitante, como os transexuais e os intergêneros. Propõe então criar e disseminar “matrizes rivais e subversivas de desordem do gênero” (BUTLER, 2010, p. 39) para enfrentar o falocentrismo que sustenta a heterossexualidade compulsória, ou, conforme Giffney, “A tarefa da teoria queer consiste em tornar visível, criticar e distinguir o normal (estatisticamente determinado) do normativo (moralmente determinado)” (Giffney, 2004: 75)

Sendo assim, conforme Butler:

A estratégia do Queer é politizar a abjeção, impulsionar sua ressignificação com a finalidade de criar estratégia de sobrevivência para que as vidas Queer sejam legíveis, valorizadas, merecedoras de apoio e de reconhecimento (2002, p.470).

Convém aqui salientar, o fato de que, tanto Butler, quanto outras teóricas que exploraram o conceito de gênero, não aprofundaram reflexões que possibilitassem uma discussão de uma perspectiva de articulação entre diversas categorias (raça, classe, geração, sexualidade), ou “marcadores sociais da diferença”, que interagem entre si, apesar de algumas citarem a importância de se fazer tais articulações, continuaram privilegiando apenas a categoria gênero em detrimento das outras. A exemplo de Butler, que em sua obra *Problemas de Gênero* (1990) reitera que a categoria gênero estabelece interseções com variantes de classe, raça, sexualidade, etnia, geração e identidade, que não podem ser hierarquizadas. No entanto, tenta tecer uma análise articulando sexo e raça em apenas um capítulo de sua obra “Corpos que importam” (1993), porém tem como enfoque central de suas reflexões as categorias gênero e sexualidade.

Isto posto, vale destacar a necessidade de articulação entre os variados marcadores sociais da diferença, pois, conforme ressalta Azeredo (1994) “complexificar a categoria gênero – historicizá-la e politizá-la – prestando atenção em nossa análise a outras relações de opressão, pode nos abrir caminhos sequer imaginados ainda de uma sociedade mais igualitária.” (AZEREDO, 1994, p. 206).

1.2 UMA ANÁLISE ESTRUTURAL DO SISTEMA PATRIARCAL BRASILEIRO À LUZ DA TEORIA QUEER.

“Somos síntese de um passado de dominações e explorações com raízes na escravidão, no colonialismo e no patriarcado” (CISNE, 2013, p.201)

Partindo do pressuposto de que o Patriarcado configura-se enquanto um sistema de dominação de homens, mulheres e os sujeitos constituintes da população LGBTQ+, faremos uma análise da forma de estruturação deste sistema que tem um de seus alicerces a heteronormatividade, que, por sua vez, consiste em um dispositivo de controle de corpos, que institui uma forma de orientação sexual legitimada na moral, e que sujeita os indivíduos que fogem não se enquadram nas normas de gênero impostas como as únicas socialmente aceitáveis, à processos de opressão e violação de direitos.

No que tange as análises do sistema patriarcal na realidade do Brasil, o mesmo deve ser considerado enquanto elemento central para compreender o processo histórico no qual se consolidou o capitalismo e as desigualdades sociais de raça e de gênero. Saffioti (2013) coloca o fator racial como determinante deste processo que possibilita a apreensão da incidência do patriarcado na vida das mulheres, pois, enquanto à mulher branca pertencente às classes dominantes, era relegado o papel de esposa e mãe, às mulheres negras escravizadas era atribuído além do papel de servir no sistema produtivo, a responsabilidade pela satisfação sexual do senhor, que o fazia através de recorrentes situações de abusos sexuais.

Cisne (2014) aponta que o assentamento histórico do patriarcado é sincrônico ao advento da propriedade privada.

Posterior à propriedade privada, as formações sociais tornam-se predominantemente patriarcais, pautadas na superioridade masculina e no direito do homem sobre a mulher, filhos (as), escravos e bens materiais ligados a produção. Se não temos dados históricos com os quais possamos provar que é com a propriedade privada que ocorre a origem da subordinação da mulher, não temos dúvida que, a partir dela, o patriarcado se torna uma grande determinação estrutural (CISNE, 2014, p.74).

Apropriaremos aqui do conceito de patriarcado trazido por Johnson (1997):

[...] patriarcado não é simplesmente outra maneira de dizer ‘homens’. Patriarcado é um tipo de sociedade, e uma sociedade é mais que um conjunto

de pessoas... Uma sociedade é patriarcal na medida em que é dominada por machos, identificada com machos e centrada nos machos. (JOHNSON, 1997, p. 4-5.)

Saffioti (2015) entende o patriarcado como sendo um fenômeno social anterior ao sistema capitalista que está em constante transformação, adaptando-se através do tempo como forma de intensificar o sistema de dominação/exploração capitalista e garantir sua coexistência. Partindo de análises sobre as particularidades da sociedade Brasileira, a autora assinala que, por suas características coloniais, se configura enquanto uma sociedade racista, sexista e classista, postulando assim a metáfora do nó, através da qual traz a Ideia de simbiose entre patriarcado-racismo-capitalismo, assinalando que, não se pode pensar um sistema de dominação de forma isolada, privilegiando um em detrimento do outro, “não deveríamos buscar a primazia do sexo, da classe ou da raça, nem as isolar como estruturas separadas, já que elas se fundiram historicamente” (SAFFIOTI, 1992, p. 206).

De acordo com a autora:

A sociedade não comporta uma única contradição. Há três fundamentais, que devem ser consideradas: a de gênero, a de raça/etnia e a de classe. Com efeito, ao longo da história do patriarcado, este foi-se fundindo com o racismo e, posteriormente, com o capitalismo, regime no qual desabrocharam, na sua plenitude, as classes sociais (SAFFIOTI, 2000, p. 73).

Assim, busca apreender de que maneira os traços raciais e de gênero incidem na realidade social, impõem uma hierarquia de posições e dão legitimidade à marginalização imposta à parcelas expressivas da população. A autora ressalta que a simbiose das categorias patriarcado-racismo-capitalismo, não se configura enquanto uma somatória, mas sim, uma conexão entre elas,

Não se trata de somar racismo + gênero + classe social, mas de perceber a realidade composta e nova que resulta dessa fusão (...). Uma pessoa não é discriminada por ser mulher, trabalhadora e negra. Efetivamente, uma mulher não é duplamente discriminada, porque, além de mulher, é ainda uma trabalhadora assalariada. Ou, ainda, não é triplamente discriminada. Não se trata de variáveis, mas sim de determinações, de qualidades, que tornam a situação destas mulheres muito mais complexa (SAFFIOTI, 2004, p. 115).

Kergoat (2010), seguindo o caminho de Saffioti, parte de uma perspectiva materialista, histórica e dinâmica, defendendo a apreensão da relação exploração/opressão através da Idéia de consubstancialidade. Para ela, as relações sociais

[...] formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica; e as relações sociais são coextensivas: ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e ‘raça’ se reproduzem e se coproduzem mutuamente (Kergoat, 2010, p. 94).

Isto é, partindo da compreensão do caráter de coextensividade das referidas relações, implica em concebê-las enquanto relações dinâmicas que se articulam e estabelecem um sistema de dependência entre si, que se modifica de acordo com cada contexto em que se encontram inseridas.

A ideia de consubstancialidade [...] não implica que tudo está vinculado a tudo; implica apenas uma forma de leitura da realidade social. É o entrecruzamento dinâmico e complexo do conjunto de relações sociais, cada uma imprimindo sua marca nas outras, ajustando-se às outras construindo-se de maneira recíproca” (KERGOAT, 2010, p. 100).

Sendo assim, ao se analisar as relações de exploração/opressão, se faz imprescindível tecer uma análise coerente ao modo com o qual cada país estruturou suas relações sociais. No caso do Brasil, temos enquanto categorias fundantes das desigualdades sociais a raça, o gênero e a classe, ou, nos dizeres de Saffioti, o novo patriarcado-racismo-capitalismo.

Para falar de patriarcado é imprescindível que se fale de heterossexismo, tendo em vista que, pelo fato deste operar fixando os limites que foram impostos como papéis sociais de homens e mulheres organizando a forma como os sujeitos vivenciam sua sexualidade, se configura, portanto, enquanto um dos sustentáculos medulares das relações patriarcais de gênero. Entretanto, cabe ressaltar que o heterossexismo sobrepõe o simples controle da sexualidade, e, para além da organização do modo com como homens e mulheres exercem sua sexualidade, age também, organizando as relações sociais, controlando a vida destes sujeitos de modo a resguardar as relações patriarcais de gênero.

Para isso, as relações patriarcais de gênero restringem a sexualidade como algo estritamente biológico. Conforme assinala Borrillo (2010):

A heterossexualidade aparece, assim, como o padrão para avaliar todas as outras sexualidades. Essa qualidade normativa – e o ideal que ela encarna – é constitutiva de uma forma específica de dominação, chamada heterossexismo, que se define como a crença na existência de uma hierarquia das sexualidades, em que a heterossexualidade ocupa a posição superior. (BARRILLO.2010, p. 31)

Para nos aprofundarmos sobre a categoria heteronormatividade nos pautaremos nos estudos queer, que como já fora mencionado no tópico anterior, trata da questão dos corpos abjetos², sendo um instrumento de denúncia dos regimes de poder que impõem modelos heteronormativos de sexualidade. À guisa de conceituação, nos utilizaremos da definição outorgada por Jagose (1996):

Em sentido genérico, queer descreve as atitudes ou modelos analíticos que ilustram as incoerências das relações alegadamente estáveis entre sexo biológico, gênero e desejo sexual. Resistindo a este modelo de estabilidade – que reivindica a sua origem na heterossexualidade, quando é na realidade o resultado desta – o queer centra-se nas descoincidências entre sexo, gênero e desejo. [...] Quer seja uma performance travesti ou uma desconstrução teórica, o queer localiza e explora as incoerências destas três concepções que estabilizam a heterossexualidade. Demonstrando a impossibilidade de qualquer sexualidade “natural”, coloca em questão até mesmo categorias aparentemente não problemáticas como as de “homem” e “mulher”. (Jagose, 1996: 3)

Ao aprofundar as bases de análise, Santos (2006) elenca cinco princípios fundamentais da teoria queer:

Em primeiro lugar, as identidades são sempre múltiplas, compostas por um número infinito de “componentes de identidade” – classe, orientação sexual, gênero, idade, nacionalidade, etnia, etc. – que podem articular-se de inúmeras formas. Em segundo lugar, qualquer identidade construída – como, de resto, todas são – é arbitrária, instável e excludente, uma vez que implica o silenciamento de outras experiências de vida. Na verdade, a afirmação de uma identidade, em vez de constituir um processo de libertação, obedece a imperativos estruturais de disciplina e regulação que visam confinar comportamentos individuais, marginalizando outras formas de apresentar o “eu”, o corpo, as ações e as relações entre as pessoas. Seidman formula este pressuposto quando afirma que as identidades são, em parte, “formas de controlo social, uma vez que distinguem populações normais e desviantes, reprimem a diferença e impõem avaliações normalizantes relativamente aos desejos” (Seidman, 1996: 20). Em terceiro lugar, ao invés de defender o

² “O abjeto é repulsivo porque manifesta uma confusão de limites, que pontua, fratura e fragmenta a suposta unidade [...] dos sujeitos hegemônicos e do corpo político da nação”. (KRISTEVA, 1980.)

abandono total da identidade enquanto categoria política, a teoria queer propõe que reconhecamos o seu significado permanentemente aberto, fluído e passível de contestação, abordagem que visa encorajar o surgimento de diferenças e a construção de uma cultura onde a diversidade é acolhida. Portanto, o papel individual – como forma de capacitação – e colectivo – em termos políticos, jurídicos e de reconhecimento social – que a identidade pode desempenhar não é rejeitado. Em quarto lugar, a teoria queer postula que a teoria ou política de homossexualidade centrada no “homossexual” reforça a dicotomia hetero/homo, fortalecendo o actual regime sexual que estrutura e condiciona as relações sociais ocidentais. Neste sentido, a teoria queer visa desafiar tal regime sexual enquanto sistema de conhecimentos que coloca as categorias heterossexual e homossexual como pedras angulares das identidades sexuais. (SANTOS, 2006, p.4.)

Reiterando esse entendimento, Miskolci salienta que “O queer busca tornar visíveis as injustiças e as violências implicadas na disseminação e na demanda do cumprimento das normas e das conversões culturais, violências e injustiças envolvidas tanto na criação dos ‘normais’ quanto dos ‘anormais’”.

No tocante a relação dos estudos queer e a cultura heteronormativa, Miskolci vem elucidar que:

O foco queer na heteronormatividade não equivale a uma defesa de sujeitos não-heterossexuais, pois ele é, antes de mais nada, definidor do empreendimento desconstrutivista dessa corrente teórica com relação à ordem social e os pressupostos que embasam toda uma visão de mundo, práticas e até mesmo uma epistemologia. Em síntese, o estudo da sexualidade necessariamente implica explorar os meandros da heteronormatividade, tanto a homofobia materializada em mecanismos de interdição e controle das relações amorosas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo, quanto a padronização heteronormativa dos homo orientados. (MISKOLCI, 2009, p. 157.)

Conforme Miskolci (2009), o objetivo da heteronormatividade consiste em “formar todos para serem heterossexuais ou organizarem suas vidas a partir do modelo supostamente coerente, superior e ‘natural’ da heterossexualidade”. A partir disso, a heteronormatividade dá origem a formas de exclusões e violências, ao passo que concebe modelos imperantes de existência, que limitam as subjetividades à dicotomia “homem/mulher”, ou ao que Butler (2008) nomeia de “gêneros inteligíveis”. Conforme a autora,

Gêneros “inteligíveis” são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Em outras palavras, os espectros de descontinuidade e incoerência,

eles próprios só concebíveis em relação a normas existentes de continuidade e coerência, são constantemente proibidos e produzidos pelas leis que buscam estabelecer linhas causais e expressivas de ligação entre o sexo biológico, o gênero culturalmente construído e a “expressão” ou “efeito” de ambos na manifestação do desejo sexual por meio da prática sexual. (BTULER, 2008. p. 38)

Ou seja, os gêneros inteligíveis são aqueles que mantêm conformidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo, e são aceitos socialmente por agirem de acordo com a norma, os gêneros que fogem a tal norma por sua vez, são considerados indignos de existência e, portanto, ininteligíveis.

Percebemos com isso o quanto a heteronormatividade é um dispositivo produtor de exclusões e opressão, ao passo que, a partir de uma leitura social heteronormativa a respeito dos gêneros, os indivíduos cujas existências desviam dos padrões preestabelecidos de gênero e sexualidade possuem corpos passíveis de violências. A política da multidão queer está exatamente para transgredir essa norma, conforme PRECIADO (2011) assinala

Não repousa sobre uma identidade natural (homem/mulher) nem sobre uma definição pelas práticas (heterossexual/homossexual), mas sobre uma multiplicidade de corpos (...) contra os regimes que os constroem como “normais” ou “anormais”: são os drag kings, as gouines garous, as mulheres de barba, os transbichas sem paus, os deficientes ciborgues... O que está em jogo é como resistir ou como desviar das formas de subjetivação sexopolíticas. (PRECIADO, 2011, p. 16)

Assim, as vivências não heterossexuais - ou, nos dizeres de Torrão Filho (2005) a não continuidade entre sexo e gênero - são constantemente alvos de preconceitos e discriminação, como também, é ainda presente o controle sob os corpos femininos que implica em constantes violações dos direitos das mulheres, tornando nítidos os traços patriarcais da sociedade que se objetivam através da misoginia e da heteronormatividade, conforme veremos a seguir.

1.2.1 “QUEM O PATRIARCADO MATOU HOJE?”: MANIFESTAÇÕES DA RAIZ PATRIARCAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO.

No nosso cenário político contemporâneo percebemos a objetivação dos processos referidos no tópico anterior na nossa sociedade, e assistimos o retrocesso que atinge o debate de gênero através de projetos políticos de impacto nacional como o projeto “Escola sem

Partido”, dentre outras propostas políticas levantadas como a que objetiva o fim do que eles chamam de “ideologia de gênero”, pretendo a proibição de discussões acerca da diversidade sexual e das relações de gênero no âmbito escolar. Podemos citar também a efervescência do debate acerca da criminalização do aborto, que revela a crescente interferência da moral religiosa na vida dos sujeitos, e de forma mais contundente, na vida das mulheres.

Cabe aqui apontarmos também para o recente debate sobre a equiparação da homofobia³ ao crime de racismo que começou a ser debatida em fevereiro deste ano – 2019 –, atendendo às reivindicações de militantes LGBT+, alcançou à Corte através de ações movidas pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros e Intersexos (ABGLT) e o Partido Popular Socialista (PPS), nos anos de 2012 e 2013, respectivamente, e que no dia 13 de junho de 2019, o STF decidiu por oito votos a três, permitir a criminalização da homofobia e da transfobia, devendo estas serem enquadradas no crime de racismo. A pena prevista é de um a três anos, podendo chegar a cinco anos em casos mais graves.⁴

No entanto, apesar de se constituir num aparente avanço na luta LGBT, por outro lado, revela o caráter punitivista da sociedade, e levanta alguns debates de militantes que defendem o abolicionismo penal, a respeito da questão do encarceramento, tendo em vista dois pressupostos: a falácia da “ressocialização” ou “reeducação” através da pena, pela qual é possível constatar que a criminalização da homofobia se mostra ineficaz para “reeducar” o Lgbtfóbico; também, a questão da seletividade penal, que incide no fato de que a população carcerária no Brasil é composta majoritariamente por pessoas negras e de baixa renda, conforme assinala Maria Lúcia Karam, em seu artigo “A esquerda punitiva”, “sendo a pena, em essência, pura e simples manifestação de poder – e, no que nos diz respeito, poder de classe do Estado capitalista – é necessária e prioritariamente dirigida aos excluídos, aos desprovidos deste poder”. Sendo assim, a criminalização de condutas LGBTfóbicas atingiria estes sujeitos que são historicamente demarcados enquanto alvo da justiça criminal, que se pauta em concepções racistas e classistas.

Ainda, trazendo ao debate as formas de manifestações da misoginia e da LGBTfobia no cenário contemporâneo do Brasil, nos utilizaremos dos dados do *Atlas da Violência de 2019* produzido pelo IPEA e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública que se refere aos dados da

³ Assinalamos aqui a não concordância com o termo “homofobia” para se portar às condutas violentas que atingem a população LGBT, tendo em vista que o termo se restringe aos homossexuais sem abarcar as outras identidades de gênero. Assim, o mais correto seria a utilização do termo “LGBTfobia”.

⁴ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/06/13/stf-permite-criminalizacao-da-homofobia-e-da-transfobia.ghtml>

violência no país no período de 2007-2017, tabuladas pelo Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e divulgadas no site do Departamento de Informática do SUS – DATASUS.

No que concerne a violência contra a mulher, o *Atlas da Violência* aponta um aumento na taxa de homicídios femininos no Brasil no ano de 2017 com cerca de treze assassinatos por dia. Ao todo, 4.936 mulheres foram mortas, o maior número registrado desde 2007, o que corresponde a um aumento de 30,7% no número de homicídios de mulheres no país.

Destaca-se ainda o fator “desigualdade racial”, através da comparação entre os números de homicídios de mulheres negras e não negras, tendo em vista que, entre mulheres não negras, a taxa de homicídio cresceu 4,5% entre os anos de 2007 e 2017, já a taxa de homicídios de mulheres negras cresceu cerca de 29,9% no mesmo período. No ano de 2017, a taxa de homicídios de mulheres não negras para cada 100 mil mulheres não negras foi de 3,2, já a taxa de homicídios de mulheres negras foi de 5,6 para cada 100 mil mulheres do referido grupo. O comparativo das taxas de violência letal entre mulheres negras e não negras, revela a ineficiência do estado em garantir a universalidade das políticas públicas.

Sobre os casos de violência doméstica, o referido relatório aponta que em 2017, mais de 221 mil mulheres procuraram delegacias de polícia para registrar situações de agressão (lesão corporal dolosa), ainda ressalta-se o fato de que o número real pode ser muito maior, tendo em vista que a denúncia ainda está envolta em tabus imperantes na sociedade, como também, o processo de revitimização ao qual as mulheres são submetidas no momento da denúncia por parte de profissionais despreparados, fator que incide também na diminuição das notificações.

No que diz respeito aos dados da violência contra a população LGBT+ (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais), trazemos os dados existentes no Relatório do Grupo Gay da Bahia *MORTES VIOLENTAS DE LGBT+ NO BRASIL RELATÓRIO 2018*, no qual aponta que no ano de 2018 ocorreram 420 mortes LGBT+ no Brasil em decorrência da homolesbotransfobia, sendo: 320 homicídios (76%) e 100 suicídios (24%). Em comparação com o número de mortes do ano de 2017, houve um decréscimo de 6%.

Destacamos ainda, o fato que o Brasil lidera o ranking mundial de crimes contra as minorias sexuais, conforme exposto no referido relatório, no país a cada 20 horas um LGBT é brutalmente assassinado ou se suicida em decorrência da LGBTfobia, ainda revela que, “Segundo agências internacionais de direitos humanos, matam-se muitíssimo mais homossexuais e transexuais no Brasil do que nos 13 países do Oriente e África onde há pena de morte contra os LGBT. ” Outro dado relevante diz respeito às mortes de travestis e transexuais, de acordo com dados divulgados pela organização não governamental (ONG) austríaca

Transgender Europe, no período que compreende o dia 1º de janeiro a 30 de setembro de 2017, 217 pessoas transgêneros foram vítimas de homicídio em 72 países, deste número, 125 casos ocorreram no Brasil, fator que coloca o país em primeiro lugar no número de assassinatos de pessoas transexuais no mundo.

Através do exposto, evidencia-se a influência do patriarcado no Brasil contemporâneo, onde impera a misoginia e o heterossexismo, que relegam as referidas minorias a marginalização e há um lugar de violência em suas mais variadas formas. Desta maneira, considerando o caráter fundante das relações patriarcais em conjunto com as relações de raça e classe na sociedade Brasileira, tendo como alguns de seus braços, a misoginia e a heteronormatividade, que subjugam e excluem mulheres e àqueles que fogem à norma heterossexual, é necessário que reflitamos, enquanto profissão empenhada na superação de opressões e arbitrariedades, acerca da historicidade dos referidos dispositivos de controle, a fim de fortalecer a luta e a defesa pelos direitos destes segmentos sociais.

CAPÍTULO II - DO ESTRANHAMENTO À APROXIMAÇÃO: HISTÓRICO DA RELAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL E AS QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE.

2.1 O SERVIÇO SOCIAL TRADICIONAL E AS PAUTAS DOS MOVIMENTOS EMANCIPATÓRIOS.

A profissão tem sua gênese no Brasil vinculada à igreja católica pautando-se num caráter missionário e de caridade, sua emergência é fruto de um contexto que vinha se forjando desde meados da década de 1910 quando o país adentrava em um intenso processo de urbanização, industrialização, e conseqüentemente, um aprofundamento da exploração da força de trabalho e das desigualdades, que fizeram emergir o movimento do proletariado urbano-industrial reivindicando melhores condições de trabalho, de existência e direitos de cidadania, processos estes que se engendraram em decorrência das transformações nas relações de produção. Cabe assinalar aqui que neste período o trato à Questão Social⁵ perpetrado pelo Estado possuía caráter eminentemente repressivo e policialesco.

⁵ A questão social diz respeito ao conjunto das expressões de desigualdades engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho – das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. (...) expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as

Foi nesta conjuntura característica do desenvolvimento capitalista, perpassada por conflitos de classe, que na década de 1930, institui-se o Serviço Social a partir da necessidade do Estado, devido às massivas manifestações do proletariado, de dar respostas à Questão Social para além da repressão e violência. Conforme Iamamoto e Carvalho (1998):

A implantação do Serviço Social não é [...] um processo isolado. Relaciona-se diretamente às profundas transformações econômicas e sociais [...]. Seu surgimento se dá no seio do bloco católico, que manterá por um período relativamente longo um quase monopólio de formação dos agentes sociais especializados, tanto a partir de sua própria base social, como de sua doutrina e ideologia. O Serviço Social não só se origina do interior do bloco católico, como se desenvolve no momento em que a igreja se mobiliza para a recuperação e defesa de seus interesses e privilégios corporativos, e para a reafirmação de sua influência normativa na sociedade. [...]. O Serviço Social começa a surgir como um “departamento” especializado da Ação Social e da Ação Católica, num momento extremamente importante para a definição do papel da Igreja dentro das novas características que progressivamente vai assumindo a sociedade brasileira. (IAMAMOTO, 1998, p. 213).

Em outros termos, conforme Wanderley e Yazbeck (2007), o Serviço Social se institucionaliza no momento em que Estado passa a utilizá-lo como um meio e a Igreja Católica como apoio para o enfrentamento aos crescentes problemas sociais. Sob influência da Igreja Católica e seu pensamento conservador, fora traçado um perfil de ação aos assistentes sociais, impregnado pela ideologia burguesa, que lhes designou as atribuições de atenuar conflitos, recuperar o equilíbrio e preservar a ordem vigente ameaçada pelas expressões da Questão Social latente, dando resposta a tais expressões e ao movimento operário (no sentido de controlá-lo), revelando um posicionamento “moralizador” da profissão frente à Questão Social “captando o homem de maneira abstrata e genérica, configurou-se como uma das estratégias concretas de disciplinamento e controle da força de trabalho, no processo de expansão do capitalismo monopolista” (FORTI, 2013, p. 99). Para isto, a formação profissional estava fincada em duas vertentes utilizadas pelo ideário burguês, o neotomismo⁶ e no positivismo.

relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal. (...) Esse processo é denso de conformismos e resistências, forjados ante as desigualdades, expressando a consciência e a luta pelo reconhecimento dos direitos sociais e políticos de todos os indivíduos sociais (IAMAMOTO, 2001, p. 17).

⁶ Segundo a filosofia neotomista, o homem, para realizar-se na esfera atemporal, não pode prescindir da sociedade. Mas qual sociedade pode servir a este fim? Os primeiros assistentes sociais, a partir desta questão, se propunham a trabalhar com vistas a uma sociedade ideal em que o bem comum pudesse ser alcançado, na via do conservadorismo romântico que tem o passado medieval como modelo de sociedade a ser restaurado. É a partir destes parâmetros que os assistentes sociais, como salienta Mancini, «agiam com os olhos no futuro», como numa cruzada evangélica, procurando atenuar os problemas sociais que distanciavam a sociedade do bem comum. Contudo, estes profissionais deveriam ter respostas concretas às mazelas sociais [...]. Como conciliar estas respostas com a construção de uma sociedade ideal? A Igreja Católica apontava um caminho: a conciliação entre as classes sociais (Guedes 2000, 16-17).

Conforme assinala Iamamoto (1995):

A partir das grandes mobilizações da classe operária nas duas primeiras décadas do século, o debate sobre a ‘questão social’ atravessa toda a sociedade e obriga o Estado, as frações dominantes e a Igreja a se posicionarem diante dela. A Igreja a encara segundo os preceitos estabelecidos nas encíclicas papais (especialmente a *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*, fonte inspiradora das posições e programas assumidos diante dos ‘problemas sociais’. [...]. Impõe-se uma ação doutrinária e organizativa com o objetivo de livrar o proletariado das influências da vanguarda socialista do movimento operário e harmonizar as classes em conflito a partir do comunitarismo cristão (IAMAMOTO, 1995, p. 18-19).

Iamamoto ainda constata que, no seio dessa emergência, enquanto uma nova forma de exercer a caridade, a profissão, configura-se num instrumento importante de intervenção ideológica na vida da classe operária, cuja ação possui efeitos essencialmente políticos, objetivando a submissão dos trabalhadores às relações sociais vigentes, reforçando a colaboração de classes através do consenso.

Posto isto, verifica-se que nas primeiras décadas da República Nova, tendo em vista a forma como a profissão se vincula ao Estado, a atuação do Serviço Social frente aos movimentos emancipacionistas emergentes, restringe-se a uma lógica de controle. Cabe assinalarmos aqui que, as instituições sociais tinham nas mulheres trabalhadoras um valioso instrumento de conservação da ordem social, assim, as assistentes sociais utilizavam-nas como veículos de difusão de valores conservadores para as famílias operárias. Desse modo, Veloso (apud CISNE, 2012, p. 50) sobreleva:

[...] o serviço social tinha por objetivo o controle da classe trabalhadora, que se daria por intermédio da família e mais especificamente através da mulher. Buscava-se intervir sobre a família da classe trabalhadora utilizando-se a mulher como um instrumento privilegiado de reprodução do controle social, já que esta possuía os valores que se procurava vincular junto às famílias.

Quanto a sua relação com os movimentos feministas da época, conforme elucida Heckert (1991) as pioneiras do Serviço Social, se opuseram às duas vertentes do feminismo atuantes no período. Fundamentadas no pensamento conservador e na doutrina social da Igreja (IAMAMOTO, 1994; BARROCO, 2001), norteados pelos ideais positivistas, como já fora mencionado, que pretendia a preservação da família tradicional e negava a presença da mulher

na vida pública, tendo em vista que a partir desta visão, a mulher possuía habilidades voltadas apenas ao ato de cuidar.

Em relação ao movimento sufragista, apesar das militantes que o compunham e as assistentes sociais serem pertencentes à classe burguesa, estas últimas não dialogavam com os ideais liberais das sufragistas, divergindo sobre a emancipação política feminina. No caso do feminismo composto por mulheres da classe trabalhadora que defendiam a “emancipação” das mulheres numa perspectiva mais ampla, comungavam com ideais comunistas, os quais eram combatidos pelo serviço social.

Heckert ainda observa a forte influência ideológica que as encíclicas papais *Rerum Novarum*, de 1891, e *Quadragesimo Anno*, de 1931, exerceram no desenvolvimento da profissão, embora as duas não tenham se aprofundado de forma específica sobre a questão da mulher, o trato que destinam à questão social, designa como estas deveriam ser vistas e tratadas. No caso da *Rerum Novarum*, à mulher era relegada a responsabilidade aos cuidados domésticos, dos filhos e do marido. Já a *Quadragesimo Anno*, além de enfatizar este papel, recusa a inserção da mulher no mercado de trabalho e sua independência financeira, divergindo assim dos ideais do feminismo de esquerda.

Essa relação de oposição entre os movimentos emancipatórios e o Serviço Social, começa a mudar a partir do processo de renovação profissional que começa a esboçar-se na década de 60, quando a profissão procura romper com as práticas tradicionais e suas raízes conservadoras, como indicaremos mais adiante.

2.2 A APROXIMAÇÃO DA CATEGORIA COM AS PAUTAS DOS MOVIMENTOS EMANCIPATÓRIOS.

No contexto mundial no qual se insere a década de 1960, a efervescência dos movimentos libertários favorece a aproximação do serviço social com os movimentos sociais e sindicais, inclusive com o movimento feminista, entretanto, tal aproximação fora barrada pelo golpe militar de 1964.

Neste período, os valores sociais conservadores são alvos de críticas enunciadas através de protestos mundiais de vários segmentos da sociedade, como os protestos contra a guerra do Vietnã protagonizados pelos jovens norte-americanos, e da emergência do movimento feminista de segunda onda que marcou a trajetória do movimento feminista, aja vista que evidenciou não apenas as opressões a qual as mulheres estavam submetidas, mas também,

começaram a questionar as estruturas de tais opressões. Não teceremos aqui um debate mais aprofundado a cerca deste período considerando-se que já o discutiremos no capítulo anterior.

No contexto da América - Latina se proliferam os movimentos populares de resistência e libertação nacional, em decorrência do aprofundamento das desigualdades sociais causado pelo desenvolvimentismo e pela crise mundial do modo de produção capitalista que vinha desenvolvendo-se desde a Segunda Guerra Mundial, e o Serviço Social latino-americano inicia um processo de renovação profissional.

O início da década de 60 é marcada por grande agitação popular no Brasil, sob o governo de João Goulart (1961 – 1964) diversos setores populares reivindicavam reformas estruturais da sociedade, eis que para canalizar tais reivindicações, o até então presidente propõe as chamadas Reformas de Base⁷ (agrária, bancária, fiscal, urbana, administrativa e universitária) que não foram aprovadas pelo Congresso Nacional pois prejudicariam o poder econômico de grupos conservadores, tais reformas, somadas à proposta de reforma constitucional pensada em 1963, dão bases para o golpe militar de 1964. Em março de 1964 Jango determina a reforma agrária e a nacionalização das refinarias estrangeiras de petróleo, gerando uma reação da elite que se manifestou contrária. Assim, em 31 de março de 1964 dá-se início a tomada de poder pelos militares e a deposição de João Goulart.

Conforme Netto (2011), a Renovação da profissão teve início no período ditatorial que se deu a partir do golpe de 1964 no Brasil. Neste período, o país passava por transformações sociais, políticas e econômicas, que atingiram o serviço social em dois aspectos: na prática e na formação profissional. Em decorrência do processo de desenvolvimento se intensifica o processo de exploração da força de trabalho, e conseqüentemente, ocorre um agravamento da questão social, e o Estado passa a utilizar não apenas formas repressivas de enfrentamento às suas expressões, mas também, o faz, via políticas sociais compensatórias.

Este cenário em meados de 1966-1967 traz novas demandas para o Serviço Social e profundas alterações em sua prática, visto que, além de uma atuação voltada para atender as necessidades do Estado, passou-se a requerer destes profissionais, que fosse desenvolvido um trabalho de “caráter técnico e científico, que dê conta da burocracia estatal e dos investimentos

⁷ As propostas de mudanças estruturais tanto políticas, econômicas e sociais, denominadas Reformas de Base entraram no debate político desencadeado através do PTB – Partido Trabalhista Brasileiro, que contou com políticos expressivos como João Goulart (Jango) e Getúlio Vargas. Um conjunto de propostas que visavam promover alterações estruturais que garantissem a superação do subdesenvolvimento e permitissem uma diminuição das desigualdades sociais no Brasil. No entanto, apenas com a chegada de João Goulart à presidência da República, em setembro de 1961, as chamadas Reformas de Base transformaram-se em bandeiras do novo governo e ganharam maior consistência. (DIAMICO, 2007.)

privados”, como a referência de Cardoso (2013, p. 133). Este caráter tecnicista acabou por não dar espaço para a revisão crítica da formação profissional que se fazia necessária.

No contexto do “milagre Econômico”, com o processo de crescimento industrial, nos anos 60 e 70, por conta da necessidade de controle da força de trabalho, os/as assistentes sociais se tornam cada vez mais presentes nas empresas, cabe citar também, que com as consequências da valorização do grande capital, e da crescente urbanização, o trabalho dos (as) assistentes sociais passou a ser requisitado por organizações de filantropia privada. Conforme assinala Netto (2011), este contexto faz surgir a necessidade de uma postura “moderna” dos profissionais, para se adequar às normas impostas pela racionalidade, fator este que implicou na “erosão” do Serviço Social Tradicional.

Assim, foram necessárias alterações na formação profissional, culminando na inserção do Serviço Social nas universidades, que não se deu sem contradições, haja vista que, apesar da profissão ter recebido influência das Ciências Sociais, isto foi feito sob um viés tecnocrático impelido pela universidade do período ditatorial orientado por perspectivas teóricas acríticas, conforme assinala Barroco (2010). Dá-se início, assim, ao processo de laicização da profissão.

Como fora sinalizado anteriormente, é neste cenário que se inicia o processo de renovação do serviço social Brasileiro, que, conforme Netto (1991) possui três direções, sendo elas, a perspectiva modernizadora, perspectiva de reatualização do conservadorismo e perspectiva de ruptura. A perspectiva modernizadora possui como marco os seminários de Araxá (1967) e Teresópolis (1970), e perdura até a década de 1970. Conforme Netto (2011), esta perspectiva empreendeu

[...] um esforço no sentido de adequar o Serviço Social, enquanto instrumento de intervenção inserido no arsenal de técnicas sociais a ser operacionalizado no marco de estratégias de desenvolvimento capitalista, às exigências postas pelos processos sociopolíticos emergentes no pós-64 (NETTO, 2011, p. 154).

A partir da década de 1970, parte da categoria vinculada às práticas tradicionais, passam a questionar a perspectiva modernizadora, é quando entra em cena a perspectiva de reatualização do conservadorismo, que, conforme Silva (1995), por negar tanto o positivismo, quanto o método de Marx resgata os fundamentos conservadores da profissão.

Trata-se de como uma vertente que recupera os componentes mais estratificados da herança histórica conservadora da profissão, nos domínios da (auto)representação e da prática, e os repõe sobre uma base teórico-

metodológica que se reclama nova, repudiando, simultaneamente, os padrões mais nitidamente vinculados à tradição positivista e às referências conectadas ao pensamento crítico-dialético, de raiz marxiana. (NETTO, 1991, p.157).

A última vertente do Movimento de reconceituação, a perspectiva de intenção de ruptura, que emerge entre 1972 perdurando até 1975, se diferencia das outras por tecer questionamentos e críticas às vertentes tradicionais da profissão, suas bases teóricas e metodológicas e ideológicas, através da incorporação das teorias marxistas.

A referida perspectiva teve como marco O III Congresso Brasileiro de assistentes Sociais, em 1979, que ficou conhecido como “Congresso da Virada, realizado na cidade de São Paulo, que marcou a busca por legitimidade de uma nova direção ética, teórica e prática na profissão. É somente a partir dessa perspectiva que o Serviço Social se aproxima dos movimentos populares. Os últimos anos da década de 70 e início da década de 80 foram marcados pela emergência de lutas populares, vide que

Cresceu a politização e repolitização dos trabalhadores, operários, camponeses, empregados, funcionários, estudantes, intelectuais e outras categorias sociais subordinadas. Isto é, pôde aumentar a força política das classes assalariadas. E o fortalecimento da classe operária em termos políticos, pôde ser a base, o início do esgotamento das condições da contrarrevolução burguesa no Brasil. (IANNI apud ABRAMIDES e CABRAL, 1995, p. 71).

Estes elementos foram essenciais para que a profissão avançasse no projeto de ruptura com o conservadorismo. Conforme Alagoano (2016), além do “novo sindicalismo” surgem outros tipos de reivindicações populares, como as que se voltavam às condições de habitação, mobilidade urbana, precarização do trabalho, entre outros. É também na década de 80 que ganham força no Brasil os chamados movimentos sociais plurais, que trazem ao debate a causa das mulheres, dos negros, da diversidade sexual e dos segmentos geracionais, ambos tendo como cerne a luta por direitos sociais e políticos.

Faz-se necessário mencionar que tais elementos contribuíram para a construção de uma consciência de classe por parte das categorias profissionais ditas liberais, dentre elas o Serviço Social, ou, conforme Abramides (2009) são o impulso para as “vanguardas profissionais e acadêmicas se tornarem vanguardas militantes”. A categoria começa a organizar-se politicamente a partir da criação de sindicatos e da integração das vanguardas profissionais em entidades dirigentes da formação e do exercício profissional do (a) Assistente Social, a ABESS e o conjunto CFAS/CRAS.

O vínculo da profissão com os movimentos sociais tem como símbolo a criação da Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (CENEAS) em 1979-1983 e, posteriormente, a Associação Nacional de Assistentes Sociais (ANAS) em 1983-1994. Abramides e Cabral (1995) salientam o importante papel político destas entidades centralizadoras dos sindicatos da categoria que além de lutar por suas causas, ainda denunciava projetos prejudiciais à sociedade, principalmente a ANAS que

Ao articular-se diretamente nas lutas populares, mobiliza parcela significativa dos profissionais no apoio concreto a essas lutas, que, por sua vez, se apresentam como demandas por serviços e políticas sociais nos espaços socioprofissionais em que se inserem (ABRAMIDES, 2009, p. 90-91).

Abramides e Cabral (1995) ainda revelam que as referidas entidades posicionavam-se contrárias à opressões e manifestaram apoio à livre orientação sexual, lutavam pela implementação de políticas públicas voltadas para as mulheres, crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência e população em situação de rua. Já percebemos aqui certa vinculação da categoria com as causas dos movimentos feminista e LGBT.

No entanto, nas décadas de 70 e 80 esta aproximação se deu de forma parcial, tendo em vista que não houve uma aproximação teórica sobre as questões que envolviam as mulheres e a população LGBT, conforme Lisboa e Pinheiro 2005

O Serviço Social, como profissão, tentava avançar na superação de um patamar conservador, conforme Netto (1991), deixando para trás suas raízes vinculadas à doutrina social da Igreja para assumir uma postura mais crítica frente à sociedade (LISBOA; PINHEIRO, 2005, p. 204).

Nesse sentido, Inácio (2013) assinala que neste período, a literatura profissional voltava-se à elaboração de uma reflexão crítica sobre particularidades da profissão, sua incorporação nas instituições e políticas sociais. A década de 1970, e, principalmente a de 1980, foram territórios fecundos para a elaboração do Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social. É neste cenário que surge a possibilidade de consolidação da perspectiva crítica no interior da Profissão, conforme Netto (2011)

A renovação crítico-analítica viabilizada pelo desenvolvimento teórico da perspectiva da intenção de ruptura propicia novos aportes no nível prático-operativo da profissão – donde, por exemplo, a circunscrição de formas

alternativas de intervenção, no bojo das políticas sociais, junto a movimentos sociais e o reequacionamento do desempenho profissional no marco da assistência pública. (NETTO, 2011, p. 303)

O referido Projeto ético Político, conforme Assunção Mota (2011, p.57), tem sua origem ligada ao referido cenário de recusa e contestação das práticas profissionais tradicionais e conservadoras por parte da própria categoria, que foi gestado desde a década de 1960.

À guisa de conceituação, conforme Braz (2005), um projeto ético-político “se trata de uma projeção coletiva que envolve sujeitos individuais e coletivos em torno de uma determinada valoração ética que está vinculada a determinados projetos societários”.

Conforme Netto (1999):

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elege os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas. (NETTO, 1999, p. 95)

Os projetos profissionais, não se constroem, nos dizeres de Netto, num vazio histórico, cultural ou político, portanto, não podem ser concebidos de forma dissociada de projetos societários macroscópicos e abrangentes, que podem se voltar tanto à manutenção de estruturas sociais, quanto à transformação de tais estruturas. Conforme Netto (1999), os projetos societários

Trata-se daqueles projetos que apresentam uma imagem de sociedade a ser construída, que reclamam determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la. (NETTO, 1999, p.2.)

Em sociedades onde impera o conflito entre classes, os projetos societários são, necessariamente, projetos de classe, visto que, estão vinculados à práticas e diversas atividades da sociedades que por sua vez, determinam a constituição dos projetos propriamente ditos. Sendo assim, todo projeto em uma sociedade classista, seja ele individual ou coletivo, possui uma dimensão política. Logo, o Projeto Ético Político do Serviço Social também detém uma dimensão política, está vinculado a um projeto societário de transformação das estruturas

sociais e direciona o fazer profissional no sentido destas transformações, tal direcionamento, é quem molda os valores e diretrizes profissionais, estes, passam a representar a auto-imagem da profissão ao passo que atingem segmentos expressivos da categoria profissional.

Assim, o referido projeto possui como princípio o empenhado na construção de uma sociedade sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero, fundamentado na defesa intransigente dos direitos humanos, tendo como princípio central o reconhecimento da liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas, garantindo a “escolha” no campo de seu comprometimento com a autonomia, a emancipação plena expansão dos indivíduos sociais.

Faz-se oportuno salientar que, tal projeto não é um documento palpável, não se objetiva em um papel, consiste em um valor que norteia o fazer profissional do assistente social. Conforme Teixeira e Braz (2009) identificam-se enquanto elementos constitutivos do PEPSS: seus princípios e valores ético-políticos, a matriz teórico-metodológica em que se ancora, a crítica radical à ordem social vigente e os posicionamentos políticos acumulados pela categoria através de suas formas coletivas de organização política em aliança com os setores mais progressistas da sociedade brasileira.

Estes elementos, por sua vez, ganham materialidade através de componentes produzidos pela própria categoria profissional, que são: a produção de conhecimentos no interior do Serviço Social que se pauta no âmbito da sistematização, dos processos reflexivos do fazer profissional e da investigação, como também, sua dimensão jurídico-política, que compreende os aparatos jurídicos – Código de Ética Profissional de 1993, Lei de Regulamentação da Profissão e as Diretrizes Curriculares Básicas do Curso de Serviço Social de 1996, além da Constituição Federal e legislações vigentes – e, por fim, as instâncias político-organizativas da profissão, das quais fazem parte o Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, os Conselhos Regionais de Serviço Social – CRESS, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS e as outras associações políticas organizacionais, que caracterizam o projeto-ético político enquanto instância democrática de construção coletiva (BRAZ, 2009).

Outrossim, é a partir destes elementos que iremos analisar o posicionamento da categoria frente a questão de gênero e sexualidade na contemporaneidade. Num primeiro momento iremos analisar o Código de Ética de 1993, os posicionamentos do CFESS através de suas resoluções, bem como dos manifestos publicados entre 2014 e 2017, e, posteriormente, faremos uma análise das Diretrizes Curriculares de 1996.

Cabe aqui falar um pouco sobre o Código de ética de 1986 para que possamos dar início à análise do Código de ética de 1993. O C.E de 1986 pretendeu explicitar o novo complexo de

valores eleito pelos assistentes sociais (BARROCO, 2012). Conforme elucida Braz (2009), o referido documento:

Tratou-se da primeira tentativa de tradução não só legítima como legal (através do órgão de fiscalização profissional, o CFAS - Conselho Federal de Assistentes Sociais, hoje CFESS) da inversão ético-política do Serviço Social brasileiro, amarrando seus compromissos aos das classes trabalhadoras. É bem verdade que soava mais como uma carta de princípios e de compromissos ídeo-políticos do que um código de ética que, por si só, exige certo teor prático-normativo. Mas, por outro lado, ao demarcar seus compromissos, mais que explicitamente, não deixava dúvidas de “qual lado” estávamos. (BRAZ, 2009, p.4.)

Apesar de se configurar num avanço para o Serviço Social no que se refere a sua dimensão política, explicitando o compromisso da profissão com as lutas da classe trabalhadora, deixou a desejar no que diz respeito às dimensões éticas e profissionais, conforme observa Barroco (2010) a reflexão teórica marxista “forneceu as bases para uma compreensão crítica do significado da profissão, desvelando sua dimensão político-ideológica, mas não o desvendou em seus fundamentos e mediações ético-morais” (Barroco, 2010, p. 177).

Tal debilidade suscitou em sua revisão que culminou no Código de Ética Profissional de 1993, que expressa a defesa de princípios que se afastam da ótica corporativista, adentrando não apenas uma dimensão profissional, mas também, a dimensão societária, além disso, “a revisão a que se procedeu, compatível com o espírito do texto de 1986, partiu da compreensão de que a ética deve ter como suporte uma ontologia do ser social” (CFESS, 2011, p. 21-22), transformou a concepção do ser social, que, no Código de Ética Profissional de 1986 estava compreendido apenas através de uma perspectiva classista, e após a sua reformulação, passa a ser contemplando em todas as suas dimensões: o gênero, a etnia, a geração e a orientação sexual.

Um dos princípios estabelecidos neste Código diz respeito ao “reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais” (CFESS, 1993), este princípio vincula-se diretamente à “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 1993).

No que concerne aos princípios que abarcam a questão de gênero e sexualidade, podemos citar o “empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, a participação de grupos socialmente discriminados e a discussão das

diferenças” (CFESS, 1993), a defesa intransigente dos Direitos Humanos, a recusa ao autoritarismo, bem como “o exercício da profissão sem ser discriminado/a, nem discriminar por questões de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, condição física e idade.” (CFESS, 1993.)

Assim, percebe-se que, a direção ético-política que norteia a profissão atualmente, comparada à direção política que orientava o fazer profissional em sua gênese, denota um avanço no que diz respeito à superação de posturas moralizantes e conservadoras.

No que tange ao posicionamento dos conselhos representantes da categoria frente à questão de gênero e sexualidade e suas implicações na vida dos sujeitos, podemos citar algumas resoluções que norteiam a categoria profissional, dentre as resoluções que interessam à nossa pesquisa, destacamos a Resolução 489/2006, que “estabelece normas vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo, no exercício profissional do assistente social, regulamentando princípio inscrito no Código de Ética Profissional” (CFESS, 2006, p 01); bem como a Resolução CFESS 615, de 8 de setembro de 2011, que “dispõe sobre a inclusão e uso do nome social da assistente social travesti e do(a) assistente social transexual nos documentos de identidade profissional” (CFESS, 2011b, p. 01), esta última reitera que:

É objetivo do CFESS a construção de uma sociedade radicalmente justa e democrática sem preconceitos de origem, raça, etnia, sexo, orientação sexual, identidade de gênero, cor, idade ou quaisquer outras formas de discriminação, em consonância com o Código de Ética do(a) Assistente Social; Considerando que os direitos à livre orientação sexual e à livre identidade de gênero constituem direitos humanos de lésbicas,gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), e que a sua proteção requer ações efetivas das entidades do Serviço Social no sentido de assegurar o pleno exercício da cidadania da população LGBT (lésbicas,gays, bissexuais, travestis e transexuais); Considerando que toda pessoa tem direito a tratamento correspondente a sua identidade de gênero. (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2011).

Destaca-se também a Resolução CFESS 594⁸, de 21 de janeiro de 2011, que inclui a linguagem de gênero ao texto do Código de Ética de 1993, e substitui o termo “opção sexual” por “orientação sexual”, reiterando em suas considerações:

⁸ Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/resolucoes-e-portarias-cfess>>. Acesso em: 14 mai. 2019.

[...] a necessidade de garantir a linguagem de gênero, incluindo nos textos do Código de Ética a menção de “ambos os gêneros”, conforme procedimento que vem sendo adotado em todos os textos e publicações do Cfess, de forma a contribuir com uma atitude de desconstrução do machismo na linguagem gramatical; Considerando, ainda, a supremacia da categoria dos assistentes sociais representada, nacionalmente por mais de 95% de mulheres [...]; (CFESS, 2011a, p. 01).

Cabe-nos assinalar aqui, que, para além das resoluções supracitadas, o CFESS também expressa seu posicionamento acerca das questões aqui tratadas, por meio de seus manifestos, que são cartilhas temáticas que agregam os posicionamentos políticos do CFESS/CRESS sobre temas que transpassam os princípios ético-políticos que norteiam o fazer profissional da dos assistentes sociais. A fim de identificarmos em tais manifestos o posicionamento do conjunto CFESS/CRESS a cerca de questões que englobam as dimensões de gênero e sexualidade, tecemos uma análise dos manifestos publicados entre junho de 2014 à Abril de 2017, como veremos no quadro à seguir:

QUADRO 01 - Edições do "CFESS MANIFESTA" publicadas entre 2014 e 2017 que abordam a questão de gênero e sexualidade

| ANO | TEMAS |
|-------------|---|
| 2015 | Dia Internacional da Mulher: “Eu sou assim: o grito que reclama a paz.” |
| 2015 | Seminário Nacional Serviço Social e Diversidade Trans: “Assistentes sociais contra a violência e por direitos LGBT.” |
| 2016 | Dia Internacional das Mulheres: “Machistas não passarão! Em defesa dos direitos das mulheres!” |
| 2016 | Conferências Conjuntas de Direitos Humanos: “Direitos Humanos já!” ⁹ |
| 2016 | Dia Internacional do Trabalhador e da Trabalhadora: “Meu maio, nossas lutas... Resistir é preciso!” ¹⁰ |
| 2016 | Dia Latino-Americano e Caribenho pela Descriminalização e Legalização do Aborto: “Porque nós colocamos na rua e assumimos a coragem”: aborto e o trabalho de assistentes sociais. |
| 2017 | Dia Internacional das Mulheres: “As assistentes sociais ‘mina, mana e mona’ vão parar geral.” |

Fonte: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL

Através da análise podemos observar que, de 28 (vinte e oito) publicações, 7 (sete) tratam de temáticas relacionadas às questões de gênero, sendo 4 (quatro) delas referentes à assuntos referentes à mulher, e 2 (duas) delas à comunidade LGBT de forma direta. Incluímos

⁹ Traz a defesa dos Direitos Humanos LGBT em seu texto.

¹⁰ Trata de questões concernentes aos direitos trabalhistas das mulheres, e das consequências do Projeto de Lei (PL) nº 4.330 (lei das terceirizações) para os trabalhadores e trabalhadoras.

também a publicação “Conferências Conjuntas de Direitos Humanos: Direitos Humanos já! ”, que, apesar de não tratar da temática aqui abordada de forma direta, cita a defesa dos Direitos Humanos LGBT’s em seu texto. As edições referentes à mulher tratam do machismo e suas consequências, trazem dados da violência contra a mulher no país, direitos trabalhistas e legalização e descriminalização do aborto. No que concerne às temáticas LGBT’s, as publicações versam sobre criminalização da homofobia, Direitos da população LGBT, dados da violência contra a referida população e reafirmam os compromissos da categoria profissional para com as questões que permeiam a existência desses sujeitos.

Além disso, a ABEPSS, também tem incorporado o debate acerca da questão de gênero e sexualidade através da criação do Grupo de Trabalho e Pesquisa (GTP) sobre Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidades, criado em dezembro de 2010 durante o XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) realizado no Rio de Janeiro, que a ABEPSS tem possibilitado o debate sobre raça/etnia e gênero. O referido GTP apresenta como ementa:

Sistema capitalista-patriarcal-racista e heteronormativo. Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração e sexualidades. Interseccionalidade das opressões de classe, gênero, raça/cor/etnia, geração e sexualidades. (ABEPSS, 2013).

Neste sentido, este GTP objetiva disseminar informações que a cerca das dimensões que compõem o serviço social, através de “debates fecundos sobre os temas de ponta do interesse profissional e das forças progressistas da sociedade” (ABEPSS, 2013).

Convém salientarmos que o referido GTP levou a proposta de criação de uma disciplina obrigatória no curso de Serviço Social sobre as relações sociais de classe, gênero, raça/etnia e geração, à Assembléia Geral da ABEPSS, que ocorreu no XIV ENPESS, em Natal-RN no ano de 2014, tal proposta conquistou a aprovação de docentes, discentes, pesquisadores e estudantes filiados à ABEPSS, e a disciplina se torna universal em todos os cursos de Serviço Social. Sendo assim, a ABEPSS sugere:

- A inclusão, nos conteúdos curriculares obrigatórios, do debate sobre as relações sociais de classe, sexo/gênero, etnia/raça, sexualidade e geração de forma correlacional e transversal. - A realização de, no mínimo, uma disciplina que tematize o Serviço Social e as relações de exploração/opressão de sexo/gênero, raça/etnia, geração e sexualidades, preferencialmente, antes da inserção da(o) estudante no campo de estágio. Aqui, ressaltamos, ainda, as Leis 10. 639/03 e 11645/2008, assim como a Resolução nº 01 do Conselho

Nacional de Educação- CNE/MEC, no que diz respeito à incorporação obrigatória do tema sobre relações étnico raciais nos currículos. - O estímulo à realização de debates, eventos, oficinas e seminários temáticos sobre as relações de exploração/opressão de sexo/gênero, raça/etnia, geração e sexualidades. - Apoio aos movimentos sociais e espaços de lutas anticapitalistas, antirracista, antipatriarcal e anti-heterossexista, por meio de parcerias, projetos de extensão, pesquisa, entre outros. - A promoção de espaços de estudos e pesquisas sobre o sistema capitalista-patriarcal-racista-heterossexista e adultocêntrico. (ABEPSS, 2016.)¹¹

A partir destas análises, percebemos que, desde resoluções estabelecidas pelo CFESS, um empenho da categoria em trazer a questão de gênero e sexualidade ao debate, entretanto, num contexto de hegemonia de um projeto neoliberal cujo desenvolvimento direciona ataques cotidianos aos princípios defendidos pelo PEPP, os referidos avanços e conquistas não são pressupostos de uma adesão da categoria de forma integral num sentido de superação de preconceitos, pois, os assistentes sociais, por não serem sujeitos alheios a realidade, têm suas realidades perpassadas pelo conservadorismo que atinge a sociedade em geral, e carregam uma bagagem de construções morais forjadas antes do seu processo de formação profissional. Nesta perspectiva, a ruptura com preconceitos no interior da categoria está condicionada a variados fatores, entretanto, iremos analisar a seguir, qual o contributo da formação acadêmica neste processo de desconstrução, através das Diretrizes Curriculares Básicas do Curso de Serviço Social de 1996, e do Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio.

CAPÍTULO III - ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS: AS DIRETRIZES CURRICULARES DA ABEPSS DE 1996 E O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO.

3.1 TRAJETO METODOLÓGICO.

Pretendemos através dessa pesquisa, tecer uma discussão sobre a questão de gênero e sexualidade e a contribuição se debater tais questões no âmbito do Serviço Social, principalmente no processo de formação acadêmica, ponderando acerca da vinculação da profissão com as lutas dos segmentos sociais que têm suas realidades marcadas por

¹¹ Disponível em <http://www.abepss.org.br/noticias/apresentacao-graduacao-15>. Acesso em 2019.

demarcadores de gênero e sexualidade, considerando as formas de opressão e violência ligadas a tais demarcadores, e a atuação do serviço social enquanto atividade direcionada por um Projeto Ético Político que possui dentre seus princípios o “empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, a participação de grupos socialmente discriminados e a discussão das diferenças” (CFESS, 1993).

Sendo assim, a presente pesquisa possui caráter exploratório, uma vez que, conforme Gil (2008):

Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis. Muitas vezes as pesquisas exploratórias constituem a primeira etapa de uma investigação mais ampla. (GIL, 2008, pág. 46)

Através da adoção da referida perspectiva, fora possibilitado um esquadrinhamento acerca do nosso objeto de estudo, posto que, a discussão sobre tais questões no âmbito da formação acadêmica em Serviço social, encontra-se restringida a debates fragmentados e pontuais, portanto, carece de um olhar mais atencioso.

Será utilizada uma proposta metodológica de natureza qualitativa, tendo em vista que o objeto a ser pesquisado manifesta-se dentro de uma dada realidade social, ou seja, “trabalha com universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MYNAYO, 2002, pág. 21), tratando-se especificamente da análise sobre o lugar que a perspectiva de gênero ocupa no processo de formação em Serviço Social.

A presente pesquisa possui caráter descritivo, que, conforme Gil (1999) possui a finalidade precípua a descrição das características de determinada população ou fenômeno, buscamos assim, dar uma análise interpretativa da adoção da transversalidade de gênero e sexualidade no contexto da formação profissional, além de uma perspectiva explicativa, buscando elucidar de que forma a adoção de tal perspectiva tem contribuído para a construção e reconstrução da identidade profissional das/os assistentes sociais, bem como de sua práxis.

Desse modo, será utilizado o procedimento de pesquisa documental, para a obtenção dos dados que auxiliarão na obtenção dos resultados do problema que norteia a pesquisa. A pesquisa documental, de acordo com Gil (2002), consiste na pesquisa de materiais que ainda não foram submetidos a um tratamento analítico, ou, ainda são passíveis de reelaboração, bem como

[...] propõe-se a produzir novos conhecimentos, crias novas formas de compreender os fenômenos e dar a conhecer a forma como estes têm sido desenvolvidos. (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p. 14).

Para isso, pretende-se utilizamos como fontes, o Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, bem como os e as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Serviço Social de 1996.

A escolha pelos referidos documentos, se deu por seu papel em dar direcionamentos ao fazer profissional, como é o caso do Código de Ética de 1993, que está organizado através de deveres, princípios, direitos e proibições que orientam a ética profissional, ofertando seus objetivos ético-políticos, e, também parâmetros para atuação do assistente social no cotidiano profissional (BARROCO; TERRA, 2012). No que concerne a relevância das Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social de 1996 consiste no fato de que tal documentação “[...] expressa uma concepção de ensino e aprendizagem calcada na dinâmica da vida social, o que estabelece os parâmetros para inserção profissional na realidade sócio-institucional.” (ABEPSS, 1996, p. 7), assim, se configuram enquanto um paradigma de valores ético-políticos para a Formação Profissional em Serviço Social.

Utilizou-se também como fontes secundárias da pesquisa algumas fontes de cunho bibliográfico, tais como livros, teses, dissertações, monografias e artigos científicos, pois, em conformidade com Lima e Miotto (2007, pág.02) a pesquisa bibliográfica “implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório”, desse modo possibilita que o objeto de estudo seja desvelado a partir do aprofundamento teórico.

No que concerne a análise dos dados, optamos pelo procedimento de análise documental, que, conforme Cellard (2008), consiste na execução da análise, baseada na interpretação coerente dos dados, considerando-se a temática proposta e a pergunta de pesquisa. (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009).

A partir das análises da referida documentação, vislumbramos identificar a forma de inserção da perspectiva de gênero e sexualidade nas Diretrizes Curriculares de 1996, e nos componentes curriculares do PPP do curso de Serviço Social da UNILEÃO, tendo em vista que a questão de gênero e sexualidade é atravessada por um sistema que legitima as mais variadas formas de violência não só contra as mulheres, mas também, contra todos aqueles indivíduos que fogem à norma heteronormativa posta como hegemônica pelo sistema patriarcal, que se imbrica com o capitalismo e o racismo como forma de assegurar sua coexistência. Assim, a

abordagem da perspectiva de gênero e sexualidade se faz imprescindível para a formação profissional dos/as assistentes sociais, uma vez que colaboram para a ampliação da visão acerca da realidade social.

3.2 “É NECESSÁRIO ABRIR DISCUSSÕES!”: REFLEXÕES SOBRE A TRANSVERSALIDADE DOS ESTUDOS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL.

Em 1996 a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) estabelece as diretrizes gerais para o curso de Serviço Social, que resultaram de um extenso e minucioso debate fomentado pelas Unidades de Ensino a partir de 1994.

Diretrizes estas que estabeleçam um patamar comum, assegurando, ao mesmo tempo, a flexibilidade, descentralização e pluralidade no ensino em Serviço Social, de modo a acompanhar as profundas transformações da ciência e da tecnologia na contemporaneidade. (Diretrizes Gerais Para o Curso de Serviço Social 1996, p. 3)

Tais diretrizes estabelecem princípios norteadores da formação profissional que articulam capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. São eles:

1. Apreensão crítica do processo histórico como totalidade; 2. Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país; 3. Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; 4. Apreensão das demandas - consolidadas e emergentes - postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado; 5. Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação Profissional em vigor. (Diretrizes Gerais Para o Curso de Serviço Social 1996, p. 7).

O propósito medular das Diretrizes é a construção contínua de conteúdo (teórico - ético - políticos - culturais) que subsidiem o fazer profissional, garantindo a qualidade da formação do/a assistente social. Para isso, o referido documento estabelece três núcleos de fundamentação que são indissociáveis e articulam entre si os componentes curriculares, que se dividem em:

1.Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social, que compreende um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos para conhecer o ser social; 2.Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira, que remete à compreensão das características históricas particulares que presidem a sua formação e desenvolvimento urbano e rural, em suas diversidades regionais e locais; 3.Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional, que compreende os elementos constitutivos do Serviço Social como uma especialização do trabalho: sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado. (ABESS/CEDEPSS, 1997).

O referido tripé dos conhecimentos constituídos pelos núcleos de fundamentação dá sustentabilidade à nova lógica curricular estabelecida pelas Diretrizes Curriculares de 1996, estes elementos articulam-se através da análise dos fundamentos do Serviço Social e dos processos de trabalho em que se insere, desdobrando-se em conteúdos necessários para capacitar os profissionais para a prática profissional.

No que concerne ao modo de incorporação da perspectiva de gênero e sexualidade na formação profissional, a temática está presente no núcleo de fundamentação que diz respeito à Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira, que,

Remete ao conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, na sua configuração dependente, urbano-industrial, nas diversidades regionais e locais, articulada com a análise da questão agrária e agrícola, como um elemento fundamental da particularidade histórica nacional. Esta análise se direciona para a apreensão dos movimentos que permitiram a consolidação de determinados padrões de desenvolvimento capitalista no país, bem como os impactos econômicos, sociais e políticos peculiares à sociedade brasileira, tais como suas desigualdades sociais, diferenciação de classe, **de gênero** e étnico raciais, exclusão social, etc. (Diretrizes Gerais Para o Curso de Serviço Social 1996, p. 10) (grifos nossos)

Dentro desses núcleos está inserido um aglomerado de conhecimentos e habilidades especificado em matérias, que se desmembram em disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares e outros componentes curriculares. No que diz respeito às matérias básicas propostas pelas diretrizes, a perspectiva de gênero pode ser localizada na matéria que versa sobre a “Acumulação Capitalista e Desigualdades Sociais”, que deve abordar

A inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho e a constituição das classes sociais, do Estado e nas particularidades regionais. Perspectivas de desenvolvimento desigual e combinado das estruturas fundiárias e industrial, e a reprodução da pobreza e da exclusão social nos contextos urbano e rural. As perspectivas contemporâneas de desenvolvimento e suas implicações sócio-ambientais. A constituição da democracia, da cidadania e dos direitos sociais e humanos no Brasil. Constituição de sujeitos sociais, estratégias coletivas de organização de classes, categorias e grupos sociais. **Relações de gênero**, étnico-raciais, identidade e subjetividade na constituição dos movimentos societários. (Diretrizes Gerais Para o Curso de Serviço Social 1996, p. 17) (grifos nossos)

Dentre os tópicos de estudo que englobam os conhecimentos necessários à formação de bacharéis em serviço social, encontramos em apenas um deles a menção à perspectiva de gênero e sexualidade.

O tópico de Classes e Movimentos Sociais deve versar sobre

As teorias sobre classes sociais e sujeitos coletivos. A estrutura de classes na sociedade brasileira enfatizando as classes subalternas em suas condições de vida, trabalho, manifestações ideo-políticas e sócio-culturais. Direitos sociais e humanos do Brasil. Movimentos sociais em suas relações de classe, **gênero** e étnico-raciais. Identidade e subjetividade na construção dos movimentos societários. Importância e significado do terceiro setor. (Diretrizes Gerais Para o Curso de Serviço Social 1996, p. 32) (grifos nossos)

Nota-se que nas Diretrizes Curriculares de 1996 apontamentos, ainda que incipientes, acerca da perspectiva de gênero dentre os conteúdos que constituem a formação profissional. Entretanto, no texto legal das diretrizes curriculares, homologadas em 04/07/2001 pelo Ministério da Educação e do Desporto (MEC-Sesu, 1999), foram suprimidos os tópicos de estudos que corporificam os núcleos de fundamentação que compreendem a organização curricular, detalhado os conteúdos curriculares neles apresentados. Tal retirada se configura enquanto obstáculos para a garantia de um currículo básico geral para a formação em serviço social no Brasil.

Assinalamos a importância de se tratar a temática não apenas em disciplinas específicas, mas de forma transversal nos núcleos de fundamentação, abordando elementos fundamentais deste debate, como o patriarcado e sua incidência na realidade social de mulheres e da população LGBT+, tendo em vista que, as relações sociais de sexo e de gênero são perpassadas pela lógica do sistema patriarcal, que, junto com o sistema capitalista e o racismo, formam, nos dizeres de Saffioti (2004), um “novo” que permite uma confluência entre os modos de dominação, e, nenhum destes deve preterir os demais.

Assim, pelo caráter indissociável das relações de sexo, raça e classe, projetos que vislumbrem a superação da ordem capitalista, devem traçar formas de enfrentamento ao racismo e ao patriarcado, para isso, no âmbito da formação profissional em serviço social, é necessário que se viabilize e aprofunde o conhecimento de tais relações de forma igual, sem hierarquizá-las, tendo em vista a vinculação da profissão com o projeto societário da classe trabalhadora, que vislumbra uma sociedade livre de opressões.

Por esse prisma, analisaremos alguns componentes do Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, como a matriz curricular, o ementário dos componentes curriculares e suas respectivas bibliografias – básicas e complementares – a fim de analisar se constam menções à questão de gênero e sexualidade, e, se consta, de que forma tal questão está inserida na formação profissional.

Conceituando Projeto Político Pedagógico (PPP) estabelecido pelo Ministério da Educação (MEC), o mesmo configura-se como uma das diretrizes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, é um instrumento legal da educação que estabelece a construção de um documento base que explique os objetivos de um determinado curso, núcleos e linhas de pesquisa, a tutoria, projetos de extensão, particularidades da formação e suas disciplinas. Conforme assinala Neves (2015):

[...] o projeto político-pedagógico deve retratar, pela identidade, a missão do curso, sua filosofia de trabalho, seus valores humanos e pedagógicos, sua clientela e os resultados que se propõe a atingir; pela racionalidade interna, a organização – administrativa, pedagógica e financeira – que lhe permitirá alcançar esses resultados com eficiência e eficácia; pela racionalidade externa, a definição de linhas de trabalho e de objetivos que sejam reconhecidos e avaliados pela comunidade e, finalmente, pela autonomia, o projeto pedagógico insere-se na totalidade do sistema nacional de educação e ao mesmo tempo em que o transcende para atender às necessidades e às características específicas de seus alunos realçando o papel de mediação da escola. (NEVES. 2005, p. 117).

No âmbito do Serviço Social, a construção do Projeto Político Pedagógico está orientada pela Resolução CNE/CES 15, DE 13 DE MARÇO DE 2002, apoiada no Parecer CNE/CES 492/2001 homologado pelo ministro da Educação em 09/07/2001, e no parecer CNE/CES 1.363/2001, homologado em 25/01/2002.

O curso de Serviço Social do centro Universitário Dr. Leão Sampaio está assentado na seguinte base legal:

- Lei 8.662 de 07 de junho de 1993 que dispõe sobre a profissão de Assistente Social;
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996.);
- Resolução CNES/CES n.º 15 de 13 de março de 2002, publicada no DOU de 09 de abril de 2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Serviço Social, com fundamento no Parecer CNE/CES 492/2001 e 1.363/2001, de 25 de janeiro de 2002;
- Decreto n.º 5.626/2005, de 22 de Dezembro de 2005, que regulamenta a Lei 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, e o artigo 18 da lei 10. 098, de 19 de dezembro de 2000;
- Decreto n.º 5.773/2006, de 09 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino;
- Resolução CNE/CES N.º 2, de 18 de janeiro de 2007, que dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.
- Decreto n.º 5.296/2004, que dispõe sobre as condições de acesso para portadores de necessidades especiais.
- Lei n.º 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto n.º 4.281 de 25 de junho de 2002, que estabelecem as políticas de educação ambiental;
- Resolução CNE/CP n.º 01, de 17 de junho de 2004, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
(Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social)

Tendo como propósito principal:

Oferecer uma formação intelectual e cultural generalista, crítica e competente, capacitando o egresso para o enfrentamento da questão social e suas diferentes manifestações, e habilitando-o para a atuação na formulação e execução de políticas e programas sociais nos três setores (governamental, não governamental e empresarial) das mais diversas áreas como saúde, assistência social, educação, habitação, justiça e trabalho. (Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social)

A organização curricular do curso estrutura-se de acordo com o tripé dos conhecimentos constituídos pelos núcleos de fundamentação da formação profissional, sendo eles: Núcleo de Fundamentos Teórico-metodológicos da vida Social; Núcleo de Fundamentos da formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira; Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional. São nestes grupos que os componentes curriculares estão divididos, conforme veremos nos quadros a seguir:

QUADRO 02 - Distribuição dos Componentes Curriculares no Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social

| Componentes Curriculares do Núcleo Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social |
|--|
| Antropologia Social |
| Ciência Política |
| Economia Política |
| Métodos Quantitativos |
| Filosofia |
| Fundamentos Sociológicos |
| Informática |
| Leitura e interpretação de texto |
| Psicologia Social |
| Trabalho e Sociabilidade |

FONTE: Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio.

QUADRO 03 - Distribuição dos Componentes Curriculares no Núcleo de Formação do Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira

| Componentes Curriculares no Núcleo de Formação do Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira. |
|---|
| Direito e Legislação Social |
| Formação Sócio-Econômica do Brasil |
| Política Social I |
| Política Social II |
| Questão Social |
| Classes e Movimentos Sociais I |
| Classes e Movimentos Sociais II |

FONTE: Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio.

QUADRO 04 - Distribuição dos Componentes Curriculares no Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional

| Componentes Curriculares no Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional |
|---|
| Administração em Serviço Social |
| Ética Profissional |
| Fund. Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social I |
| Fund. Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social II |
| Fund. Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social III |
| Fund. Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social IV |
| Gestão Social |
| Introdução ao Serviço Social |
| Metodologia do Trabalho Científico |
| Metodologia do Trabalho Social |
| Instrumentalidade do Serviço Social |

| |
|--|
| Pesquisa Social |
| A Seguridade Social e o Serviço Social |
| Planejamento em Serviço Social |
| Processos de Trabalho e o Serviço Social |
| Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) |
| Estágio Supervisionado I |
| Estágio Supervisionado II |

FONTE: Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio.

Além das disciplinas obrigatórias supracitadas, os dois últimos semestres possuem 200 horas/relógio a serem preenchidas com componentes curriculares optativos, onde o discente pode escolher entre as seguintes disciplinas:

Quadro 05 - Distribuição dos Componentes Curriculares Optativos

| Componentes Curriculares |
|--|
| Serviço Social e Política de Atenção à Criança e Adolescente |
| Serviço Social e Política de Atenção à Família |
| Gerontologia Social |
| Serviço Social e o Terceiro Setor |
| Serviço Social e o Trabalho Jurídico |
| Direitos Humanos |
| Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS |
| Tópicos Especiais em Serviço Social |
| Tópicos Especiais em Saúde |
| |

FONTE: Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio.

Expostos os componentes curriculares, analisaremos através dos seus respectivos ementários e bibliografias, quais deles versam sobre a questão de gênero e sexualidade. Dos quais, identificamos em duas disciplinas do terceiro período do curso, que são as disciplinas “Ciência Política” e “Questão Social”, que compõem o Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social e o núcleo de Fundamentos de Formação do Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira, respectivamente.

De acordo com o ementário da disciplina Questão Social, a mesma deve contemplar os seguintes conteúdos:

- Dimensão teórico-conceitual concepções e transformações históricas no contexto do sistema capitalista.
- Padrão de acumulação do capital e questão social.
- Transformações contemporâneas do capitalismo e questão social: reestruturação produtiva e neoliberalismo.
- Estado no enfrentamento da questão social.
- Questão Social no Brasil e as expressões na região metropolitana do Cariri-CE.
- A Questão Social e o desenvolvimento da profissão do Serviço Social.
- As expressões da Questão Social colocadas ao Serviço Social – desigualdades sociais, exclusão desemprego, precarização do trabalho, questão étnico-racial, **gênero e diversidade sexual**. (Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social) (grifos nossos)

Entretanto, apesar da temática aparecer no conteúdo pragmático da disciplina, na análise tanto de sua bibliografia básica, quanto da complementar, não foram encontrados aportes teóricos referentes à temática.

Ainda, na análise do conteúdo pragmático, é possível questionar se na abordagem da Questão Social, está presente a análise das desigualdades sociais determinadas pelo sistema de dominação exploração denominado por Saffioti como “patriarcado-racismo-capitalismo”. Tendo em vista que, conforme assinala Cisne (2018),

As diversas opressões e explorações que se expressam na vida dos indivíduos são determinadas estruturalmente pelas relações sociais de sexo — incluindo sexualidade —, raça e classe, que de forma imbricada e dialética configuram as múltiplas expressões da questão social, tanto na sua dimensão de desigualdade, como na de resistência política final, entendemos como relações sociais aquelas envoltas por conflitos, exploração e lutas entre grupos e classes antagônicos. De forma mais precisa, entendemos que as relações sociais de sexo, raça e classe são antagônicas e estruturantes porque determinam materialmente a exploração do trabalho, por meio da divisão de classe e da divisão sexual e racial do trabalho. (CISNE, 2018, p. 212.)

O referido questionamento surge em decorrência do reconhecimento da impossibilidade de se pensar as estruturas de dominação/exploração de forma isolada, considerando-se que, “não há de um lado dominação patriarcal e, de outro, a exploração capitalista, não existe um processo de dominação separado de outro de exploração” (SAFFIOTI, 2015, p. 138).

Também encontramos menção direta à questão de gênero e sexualidade na disciplina “Ciência Política”, que consta em seu conteúdo pragmático os itens a seguir:

- Conceito de poder, estado e Sociedade Civil;
- Regimes Políticos e relações entre Poderes;
- Instituições Representativas: partidos, grupos de interesse, movimentos sociais;
- Políticas Públicas.
- Democracia.
- Minorias: Racismo – Origens, Conceitos, Movimentos;
- **Intolerância de gênero – Conceito de gênero, Homoafetivos.** (Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social) (grifos nossos)

Entretanto, assim como ocorre com a bibliografia da disciplina “questão social”, a bibliografia da disciplina “Ciência Política”, também não menciona nenhum aporte teórico que se refira a questão de gênero e sexualidade.

Além das duas disciplinas mencionadas onde há menção à temática da qual tratamos, destacamos que a perspectiva de gênero e sexualidade poderia ser adotada em outras disciplinas onde não há a menção a mesma, como é o caso da disciplina Formação Sócio-Econômica do Brasil, que de acordo com o seu respectivo conteúdo pragmático, pretende estudar

- a formação socioeconômica do Brasil no quadro do antigo sistema colonial: a cana de açúcar e a economia mineradora.
- O sistema de Plantation.
- A crise econômica da primeira metade do século XIX.
- A condição Social do negro como mercadoria no período colonial e as formas de resistência ao escravismo.
- Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, etnia, tendo como enfoque a participação africana na formação do povo brasileiro.
- A economia cafeeira escravista e a transição para o trabalho livre: as imigrações.
- A economia brasileira na República Velha.
- O auge do modelo agroexportador e as políticas de manutenção do setor cafeeiro.
- A origem da industrialização no Brasil.
- A crise do modelo agroexportador e a substituição de importações: a política econômica de manutenção de renda dos anos 30 e de investimentos de base no Estado Novo.
- A modernização conservadora como modelo econômico. (Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social)

Por tratar da formação sócio-econômica do Brasil, pode se questionar se a disciplina se atenta às particularidades nas quais tal formação se assenta, levando em consideração nosso passado colonial, patriarcal e racista. Podemos citar o pensamento de Collins (2016) para dar subsídios à discussão, quando assinala que o sistema de colonização – ou economia de “plantations” – sustenta a perspectiva institucional das desigualdades de raça, gênero e classe. Segundo a autora:

Muito embora a escravidão seja tipicamente analisada como uma instituição racista e, ocasionalmente, como uma instituição de classe, eu sugiro que a escravidão foi uma instituição específica de raça, classe e gênero. Retirar qualquer uma dessas peças diminui nosso entendimento da real natureza das relações de dominação e subordinação que operavam na escravidão. A escravidão foi uma instituição profundamente patriarcal. Ela se apoiava no princípio dual da autoridade do homem branco e em sua propriedade, uma junção das esferas políticas e econômicas dentro da instituição familiar. (COLLINS. 2016.p. 21).

Pensamos que, na disciplina em questão, poderia ser transversalizada a questão de gênero tratando da questão das mulheres negras e indígenas escravizadas, que, além de servir no sistema produtivo de bens e serviços, serviam também às necessidades impostas pela estrutura familiar patriarcal da classe dominante, servindo como objeto de satisfação sexual Saffioti (2013), como já fora mencionado no primeiro capítulo desta produção.

Desse modo, de acordo com as análises expostas, percebe-se que, tal qual ocorre com as D.C, na matriz curricular do curso de Serviço Social do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, não consta nenhum componente especificamente direcionado para a questão de gênero e sexualidade, e, embora no PPP aqui analisado existam duas disciplinas cujas ementas apontem a referida questão, suas respectivas bibliografias – básica e complementar – não mencionam nenhum aporte teórico que dê subsídios para a discussão da temática, que implica numa fragilidade em sua abordagem, e conseqüentemente, no processo de formação.

Salientamos que o estudo da temática aqui abordada deveria estar incluso não como só como meros recortes em disciplinas específicas, ou apenas em um núcleo de fundamentação, mas sim de forma transversal, tendo em vista que

[...] no caso do Curso, transversalizar é mais que implementar uma disciplina específica, significa redimensionar o Projeto Político Pedagógico, a fim de garantir a interdisciplinaridade no traçar dos saberes entre as várias áreas do conhecimento. (OLIVEIRA apud PINTO, 2010, p.2)

Ressaltamos a importância da formação acadêmica enquanto um dos elementos centrais para uma prática profissional comprometida com os princípios estabelecidos no Projeto Ético Político profissional, para isso, é necessário que seja assegurado no processo de formação uma abordagem de temáticas referentes às parcelas da sociedade cujas realidades são atravessadas pelas mais diversas formas de violações de direitos, violações estas endossadas pelos/as

próprias profissionais, quando estes não possuem os conhecimentos necessários para a apreensão da realidade vivenciada pelos usuários.

Assim, defendemos a elaboração de pelo menos uma disciplina obrigatória que aborde as questões de gênero e sexualidade, ou, não sendo possível, seja ofertada no mínimo uma disciplina optativa possibilitando uma apreensão crítica da temática, conectando-a com as categorias estudadas no transcurso do processo de formação em Serviço Social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desenvolvimento desta pesquisa ensejou reflexões a respeito da fragilidade da abordagem de gênero e sexualidade na matriz curricular do Curso de Serviço Social do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, bem como nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, ainda que, conforme apontamos no desenvolvimento da pesquisa, a referida questão é de suma importância para a formação profissional dos assistentes sociais, visto que possibilitam uma apreensão crítica da realidade social.

Foi possível também, refletir de que maneira a temática aqui abordada poderia ser transversalizada em alguns componentes curriculares, haja vista que as únicas disciplinas cujo conteúdo pragmático menciona a questão de gênero e sexualidade não possuem em suas bibliografias aportes teóricos que subsidiem as discussões, explicitando assim certo descuido em relação à temática. É importante salientar que, pelo fato da pesquisa ter sido subsidiada pelas análises do PPP do referido curso, houve a impossibilidade de aferir se o há uma abordagem da questão aqui estudada pelos docentes, entretanto, mesmo que haja essa abordagem por iniciativa dos próprios docentes, é importante que isso conste no PPP.

Entretanto, é importante salientar que, por estar direcionado pelas diretrizes Curriculares, o Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social, não só do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, mas os de todos os cursos de Serviço Social no país não podem fugir da lógica proposta pelas Diretrizes Curriculares, que, conforme apontamos possuem fragilidades no que diz respeito à abordagem da questão de gênero e sexualidade. Podemos atribuir tal fato ao próprio contexto histórico no qual foram pensadas as Diretrizes Curriculares, na década de 1990, período de (des) regulação neoliberal, onde o conservadorismo era regra.

Dessa forma, conclui-se que o Serviço Social tem na questão de gênero e sexualidade um de seus desafios, que deve ser enfrentado criticamente pela categoria, articulando o debate com as questões de classe e raça, tendo em vista que o Brasil foi erguido sob um sistema de dominação/exploração patriarcal, racista e classista. Ainda, salientamos a relevância da transversalidade de gênero e sexualidade nos componentes curriculares do curso, uma vez que, o Serviço Social se configura enquanto profissão empenhada na eliminação de todas as formas de preconceitos, no combate às opressões e na garantia e universalização de direitos, logo, entender como se estruturam e se objetivam as formas de dominação e exploração baseadas no gênero e na orientação sexual, é de suma importância para os (as) assistentes sociais.

REFERÊNCIAS

- ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social: com base no currículo mínimo aprovado em assembléia geral extraordinária de 8 de novembro de 1996.** Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.
- ABRAMIDES, M. B. C. & CABRAL, M. do Socorro. **O Novo Sindicalismo e o Serviço Social – Trajetória e processos de luta de uma categoria: 1978-1988.** São Paulo: Cortez, 1995, p. 67-116.
- ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **A organização político-sindical dos assistentes sociais: trajetória de lutas e desafios contemporâneos.** Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 97, p. 85-108, jan./mar. 2009.
- ALMEIDA, G. **Notas sobre a possibilidade de enfrentamento da homofobia pelos/as assistentes sociais.** Revista O social em questão. Rio de Janeiro: PUC-Rio, v. 20, n. 9, p.117-141, jul./dez. 2009.
- ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo.** São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985. (Coleção primeiros passos; 20).
- ASSUNÇÃO MOTA, A. M. **Projeto ético político do serviço social: limites e possibilidades.** Textos & Contextos (Porto Alegre), vol. 10, núm. 1, enero-julio, 2011, pp. 56-68 Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul Porto Alegre, RS, Brasil. <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/8031/6439>, pesquisada em 10 de junho de 2019.
- BARROCO, Maria Lucia; TERRA, Sylvia Helena. **O código de ética do/a assistente social comentado.** São Paulo: Cortez, 2012.
- BARROCO. **Ética e serviço social: fundamentos ontológicos.** São Paulo: Cortez, 2010.
- BORRILLO, D. **Homofobia: História e crítica de um preconceito.** Tradução Guilherme Joao de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010.
- BRASIL. Parecer CNE/CES 492/2001, de 4 de julho de 2001. **Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Graduação em Filosofia.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 de abr. de 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>
- BRASIL. Resolução CNE/CES 15, de 13 de março de 2002. **Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 de abr. de 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES152002.pdf>. Acesso em: 10 de junho de 2019.
- BRAZ, M.M.R. **Notas sobre o Projeto ético-político o Serviço Social.** In. <http://www.funorte.com.br/files/servico-social/29.pdf>, pesquisado em 03 de jun. de 2019.
- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade.** Tradução Renato Aguiar. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CARDOSO, P. F. G. **Ética e projetos profissionais: os diferentes caminhos do serviço social no Brasil**. São Paulo: Papel Social, 2013.

CARVALHO, Raul de. **PARTE II – Aspectos da história do Serviço Social no Brasil**. In: IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 9. ed. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 1993. p. 125-364.

CELLARD, André. **A análise documental**. In: POUPART, Jean et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008 (Coleção Sociologia).

CFESS. **Código de Ética do Assistente Social**. Brasília. Conselho Federal de Serviço Social, 1993.

CFESS. **Código de ética profissional do assistente social**. In: BONETTI, E. A. et al. (orgs). *Serviço social e ética: convite a uma nova práxis*. São Paulo: Cortez, 1996, P. 209- 230.

CHAPERON, Sylvie. **Les Annees Beauvoir 1945-1970**. Paris: Fayard: 2000. de Estudos Feministas. Florianópolis, v. 3, n. 1, 1995.

CISNE, Mirla. **Feminism and marxism: theoretical-political notes to address social inequalities**. *Serv. Soc. Soc.* [online]. 2018, n.132, pp.211-230.

CISNE, Mirla. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

COLLINS, Patrícia Hill. **Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão**. In *Reflexões e práticas de transformação feminista*/Renata Moreno org.). São Paulo: SOF, 2015. 96p. (Coleção Cadernos Sempreviva. Série Economia e Feminismo, 4)

CRIOLO. **Etérea**. São Paulo: Oloko Records: 2019. Disponível em: <https://open.spotify.com/album/5qJfvgHFsfsgxNhQfmiUGn?si=jNcJCdUQROOjqVKFvbZPaQ>. Acessado em: 15/05/2019

D'AGOSTINO, Rosanne. **STF deve retorna nesta quinta-feira julgamento sobre criminalização da homofobia**. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/06/13/stf-deve-retomar-nesta-quinta-feira-julgamento-sobre-criminalizacao-da-homofobia.ghtml>. Acesso em 14 de junho de 2019.

DIAMICO, Manuela de Souza. **Reformas de Base: Goulart e a Estrutura Agrária**. Em *Debat: Rev. Dig.*, ISSN 1980-3532, Florianópolis, n 3, p.69-86, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emdebate/article/view/21326/19510>. Acessado em 10 de junho de 2019.

DUARTE, M. J. O. **Diversidade Sexual, políticas públicas e direitos humanos: saúde e cidadania LGBT em cena**. *Revista Temporalis*, Brasília, v. 14, n. 27, p. 77-98, jan./jun. 2014.

FELIPE. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas**. *Rev. Bras. de História & Ciências Sociais*. n. I, p. 1-15, jul., 2009.

FERREIRA, Guilherme Gomes. **Diversidade Sexual e Serviço Social: Elementos de uma prática profissional para o enfrentamento à violência LGBT.** 2011. 121 p. Monografia (Bacharelado em Serviço Social)- Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

FORTI, V. **Ética, crime e loucura: reflexões sobre a dimensão ética no trabalho profissional.** 3 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber.** Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2014a.

G1. **STF Permite Criminalização da Homofobia e da Transfobia.** 2019. Disponível em:<<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/06/13/stf-permite-criminalizacao-da-homofobia-e-da-transfobia.ghtml>> Acesso em: 13. Jun. 2019.

GGB. **Mortes Violentas de LGBT+ no Brasil Relatório 2018.** Brasil, 2018. Disponível em: < <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2019/01/relatorio-2018-1.pdf>> Acesso em: 10. Jun. 2019

GIL, A.C. **Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias.** 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUEDES, Olegna de Souza. 2000. **Implicações da concepção neotomista de homem na gênese no Serviço Social brasileiro – 1930/1940.** Dissertação de Mestrado em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

HAHNER, June Edith. **Emancipação do Sexo Feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil - 1885-1940.** Florianópolis, Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul / EDUNISC, 2003.

HECKERT, Sonia Maria Rocha. **Identidade e mulher no Serviço Social.** Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, Ano XII, n. 36, ago. 1991. <http://www.sof.org.br/wpcontent/uploads/2016/01/reflex%C3%B5esepraticasdetransforma%C3%A7%C3%A3ofeminista.pdf>. Acesso em: 10. Jun. 2019

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social.** 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 1995.

IANNI, Octávio. **Origens Agrárias do Estado Brasileiro.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

IPEA. **Atlas da Violência 2019.** Brasil, 2019. Disponível em:< http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf > Acesso em: 09. Jun. 2019.

JAGOSE, Annamarie (1996), **Queer Theory: An Introduction.** New York: New York UP.

JOHNSON, Allan G. **The gender knot.** Unraveling our patriarchal legacy.

KARAM, Maria Lúcia. **A esquerda punitiva.** Disponível em: <https://goo.gl/nF7YuB>

KERGOAT, Danièle. **Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais**. Novos Estudos Cebrap, São Paulo, n. 86, mar. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n86/n86a05.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2019.

KRISTEVA, Julia. **Pouvoirs de l'horreur**. Paris: Seuil, 1980.

LISBOA, Teresa Kleba; PINHEIRO, Eliana Aparecida. **A intervenção do Serviço Social junto à questão da violência contra a mulher**. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 08, n. 02, p. 199-210, jul./dez. 2005

LOBO, Elizabete Souza. **Mulheres, feminismo e novas praticas sociais**. Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre, v. 1, n. 2, 1987.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo estranho. Ensaio sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MINAYO, M. C. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, Vozes, 2002.

MISKOLCI, Richard. **Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

MISKOLCI, Richard. **A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização**. Porto Alegre: Sociologias, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 157.

MONTAÑO. C. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo, 6 ed., Cortez, 2010.

NETTO, José Paulo, FALCÃO, Maria C. B. C. Cotidiano: **Conhecimento e crítica**. São Paulo, Editora Cortez, 1987

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 2 ed., São Paulo, Cortez,

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1991.

NETTO, José Paulo. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea**. In: Programa de Capacitação Política em Serviço Social e Política Social: módulo 1: Crise contemporânea, questão social e Serviço social – Brasília: CEAD, p.91 – 109, 1999.

NEVES, Carmem Moreira de Castro. **Autonomia da escola pública: um enfoque operacional**. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 14a edição Papirus, 2002.

NEVES, Daniela. et. al. **CFESS Manifesta: Gestão Tecendo na luta a manhã desejada (2014 - 2017)**. Brasília. 2017. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/LivroCFESSManifesta-2014-2017.pdf> Acesso em: 13 Jun. 2019.

OLIVEIRA, Juliana Marta Santos de. **A Transversalidade da Questão Étnico-Racial nos Currículos Dos Cursos de Graduação em Serviço Social Das Universidades Brasileiras**.

Dissertação, UFBA, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/19825>> Acesso em: 13 Jun. 2019.

PASTORINI, A. **A categoria “questão social” em debate**. São Paulo, 3 ed., Cortez, 2010 – (Coleção questões da nossa época; v. 17).

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social em debate”. Questões da nossa época**. São Paulo: Cortez, 2004. Philadelphia: Temple University Press, 1997.

PINTO, Célia Regina Jardim. **Feminismo, história e poder**. Revista Sociologia

PINTO, Célia Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção história do povo brasileiro)

Política, Curitiba, v. 18, n. 36, jun. 2010, p. 15-23. Disponível em <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/31624> Acesso em: 05 abr. 2019.

PRECIADO, Beatriz. **Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”**. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 19, n. 1, Apr. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2011000100002&lng=en&nrm=iso Acesso em: 30 Mar. 2019.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao Lar. A utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890 -1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985 **realidade**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

RIO DE JANEIRO (Estado). Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, **ABEPSS**. Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social. Rio de Janeiro, RJ, 8 de nov. de 1996. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf. Acessado em 11 de junho de 2019 Rio de Janeiro. novembro de 1996.

RUBIN, Gayle. “**The Traffic in Women: Notes on the ‘Political Economy’ of Sex**”. In: REITER, Rayna (Org.). **Toward an Anthropology of Women**. New York and London: Monthly Review Press, 1975. p. 175-210.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, H. Iara. Bongiovani. **Rearticulando gênero e classe social**. In: COSTA, A. O. ; BRUSCHINNI, C. (Orgs), **Uma questão de gênero**. São Paulo: Rosa dos Tentos Editora e Fundação Carlos Chagas, 1992.

SAFFIOTI, H. **Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento? Crítica Marxista**, São Paulo, Boitempo, v.1, n. 11, 2000, p. 71-75.

SAMPAIO, Centro Universitário Doutor Leão. **Curso de graduação em serviço social projeto pedagógico**. Instituto Leão Sampaio de Ensino Universitário S/S LTDA, Juazeiro do Norte, 2017.

SANTOS, Ana Cristina. 2006b. (org.) **Estudos Queer: Identidades, Contextos e Acção Colectiva**, special issue of Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 76.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão Social”: particularidades no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos, GUINDANI, Joel

SCAVONE, Lucila. **Estudos de gênero: uma sociologia feminista? Revista de Estudos Feministas**, vol.16, n.1, 2008, p.173-186.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade**. Vol. 20 (2), jul/dez. 1995.sem., número especial. Rio de Janeiro: Ciec/ECO/UFRJ, p. 11-24, 1994.

SILVA, M. Ozanira Silva e. **O serviço social e o popular: resgate teórico metodológico do projeto profissional de ruptura**, 2^ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SOARES, Vera. **Movimento Feminista. Paradigmas e desafios**. Revista Estudos Feministas. 2º

SORJ, Bila. **Dois Olhares sobre Heleieth Saffioti O Feminismo Adentra a Academia**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 3, n. 1, p. 156, jan. 1995.

SOUZA, Tatiana de. **Maria Lacerda de Moura e a Educação das Mulheres para a Liberdade**. Artigo publicado nos Anais do VII Seminário Fazendo Gênero - 28, 29 e 30 agosto de 2006. Gênero, Ciência e Tecnologia - ST22 encontrado no endereço eletrônico: GETEC – UTFPR http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/T/Tatiana_de_Souza_22.pdf acessado no dia 06/04/2019 as 01:10

WANDERLEY, M. B.; YAZBECK, C. **El Servicio Social en Brasil: origen, prácticas y desafíos**. In: DESLAURIERS, J. -P; HURTUBISE, Y. (Dir.). El Trabajo Social internacional– elementos de comparación. Buenos Aires: Lumen; Humanitas, 2007. p. 139-159.

ZAMBONI, Marcio. **Marcadores Sociais**. Sociologia Especial, p. 13-18, 2016.

ANEXOS

ANEXO A

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

RESOLUÇÃO CNE/CES 15, DE 13 DE MARÇO DE 2002.^(*)

Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social.

O Presidente Câmara de Educação Superior, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, e ainda o Parecer CNE/CES 492/2001, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em 9 de julho de 2001, e o Parecer CNE/CES 1.363/2001, homologado em 25 de janeiro de 2002, resolve:

Art. 1º As Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social, integrantes dos Pareceres CNE/CES 492/2001 e 1.363/2001, deverão orientar a formulação do projeto pedagógico do referido curso.

Art. 2º O projeto pedagógico de formação profissional a ser oferecida pelo curso de Serviço Social deverá explicitar:

- a) o perfil dos formandos;
- b) as competências e habilidades gerais e específicas a serem desenvolvidas;
- c) a organização do curso;
- d) os conteúdos curriculares;
- e) o formato do estágio supervisionado e do Trabalho de Conclusão do Curso;
- f) as atividades complementares previstas.

Art. 3º A carga horária do curso de Serviço Social deverá obedecer ao disposto em Resolução própria que normatiza a oferta de curso de bacharelado.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ARTHUR ROQUETE DE MACEDO

Presidente da Câmara de Educação
Superior

^(*) CNE. Resolução CNE/CES 15/2002. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 33.

ANEXO B

Diretrizes Gerais Para o Curso de Serviço Social

3.1 NÚCLEOS DE FUNDAMENTAÇÃO

3.1.1 Núcleo de Fundamentos Teórico-Methodológicos da Vida Social:

Este Núcleo é responsável pelo tratamento do ser social enquanto totalidade histórica, fornecendo os componentes fundamentais da vida social que serão particularizados nos núcleos de fundamentação da realidade brasileira e do trabalho profissional. Objetiva-se uma compreensão do ser social, historicamente situado no processo de constituição e desenvolvimento da sociedade burguesa, apreendida em seus elementos de continuidade e ruptura, frente a momentos anteriores do desenvolvimento histórico. O trabalho é assumido como eixo central do processo de reprodução da vida social, sendo tratado como praxis, o que implica no desenvolvimento da socialidade, da consciência, da universalidade e da capacidade de criar valores, escolhas e novas necessidades, e, como tal, desenvolver a liberdade. A configuração da sociedade burguesa, nesta perspectiva, é tratada em suas especificidades quanto à divisão social do trabalho, à propriedade privada, à divisão de classes e do saber, em suas relações de exploração e dominação, em suas formas de alienação e resistência. Implica em reconhecer as dimensões culturais, ético-políticas e ideológicas dos processos sociais, em seu movimento contraditório e elementos de superação.

O conhecimento apresenta-se como uma das expressões do desenvolvimento da capacidade humana de compreender e explicar a realidade nas suas múltiplas determinações. Este núcleo é responsável, neste sentido, por explicar o processo de conhecimento do ser social, enfatizando as teorias modernas e contemporâneas. O tratamento das diferentes filosofias e teorias tem como perspectiva estabelecer uma compreensão de seus fundamentos e a articulação de suas categorias, o que supõe eliminar a crítica *a priori* ou a negação ideológica das teorias e filosofias, sem o necessário conhecimento de seus fundamentos.

Matérias Básicas

Psicologia: A constituição da psicologia como campo científico. As principais matrizes teóricas do debate contemporâneo das relações indivíduo-sociedade. A fundamentação das questões relativas ao desenvolvimento da personalidade e dos grupos sociais. A constituição da subjetividade no processo de produção e reprodução da vida social.

Antropologia: A relação dialética entre o material e o simbólico na construção das identidades sociais e da subjetividade. Imaginário, representações sociais e expressões culturais dos diferentes segmentos sociais com ênfase na realidade brasileira e suas particularidades regionais.

Formação sócio-histórica do Brasil: A herança colonial e a constituição do Estado Nacional. Emergência e Crise da República Velha. Instauração e colapso do Estado Novo. Industrialização, urbanização e surgimento de novos sujeitos políticos. Nacionalismo e desenvolvimentismo e a inserção dependente no sistema capitalista mundial. A modernização conservadora no pós-64 e seu ocaso em fins da década de 70. Transição democrática e neoliberalismo.

Direito: A construção das instituições de direito no Brasil, bem como das formas de estruturação dos direitos e garantias fundamentais da cidadania. A organização do Estado, dos poderes e da ordem social. A Constituição Federal e suas interfaces com o Serviço Social. O direito internacional e suas implicações nas relações políticas de trabalho e de seguridade social.

Política Social: As teorias explicativas da constituição e desenvolvimento das políticas sociais. A questão social e desenvolvimento do sistema brasileiro de proteção social. Formulação e gestão das políticas sociais. A constituição e gestão do fundo público. O papel dos sujeitos políticos na formulação das Políticas Sociais Públicas e Privadas. As políticas setoriais e a legislação social. A análise comparada de políticas sociais. O papel das políticas sociais na constituição da esfera pública e o significado do debate público e privado. As novas formas de regulação social e as transformações no mundo do trabalho.

Acumulação Capitalista e Desigualdades Sociais : A inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho e a constituição das classes sociais, do Estado e nas particularidades regionais. Perspectivas de desenvolvimento desigual e combinado das estruturas fundiárias e industrial, e a reprodução da pobreza e da exclusão social nos contextos urbano e rural. As perspectivas contemporâneas de desenvolvimento e suas implicações sócio-ambientais. A constituição da democracia, da cidadania e dos direitos sociais e humanos no Brasil. Constituição de sujeitos sociais, estratégias coletivas de organização de classes, categorias e grupos sociais. Relações de gênero, étnico-raciais, identidade e subjetividade na constituição dos movimentos societários.

Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social: Análise da trajetória teórico-prática do Serviço Social no contexto da história da realidade social e as influências das matrizes do pensamento social. O trabalho profissional no processo de produção

e reprodução social em relação às refrações das questões sociais nos diferentes contextos históricos.

Processo de Trabalho do Serviço Social: O trabalho como elemento fundente do ser social. Especificidade do trabalho na sociedade burguesa e a inserção do Serviço Social como especialização do trabalho coletivo. O trabalho profissional face as mudanças no padrão de acumulação capitalista e regulação social. Os elementos constitutivos do processo de trabalho do assistente social considerando: a análise dos fenômenos e das Políticas Sociais; o estudo da dinâmica institucional; os elementos teórico- metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos do Serviço Social na formulação de projetos de intervenção profissional; as demandas postas ao Serviço Social nos espaços ocupacionais da profissão, nas esferas pública e privada e as respostas profissionais a estas demandas. O assistente social como trabalhador e o produto do seu trabalho. Supervisão do processo de trabalho e o Estágio.

Administração e Planejamento em Serviço Social: As teorias organizacionais e os modelos gerenciais na organização do trabalho e nas políticas sociais. Planejamento e gestão de serviços nas diversas áreas sociais. Elaboração, coordenação e execução de programas e projetos na área de Serviço Social. Funções de Administração e Planejamento em órgãos da Administração pública, empresas e organizações da sociedade civil.

Pesquisa em Serviço Social: Natureza, método e processo de construção de conhecimento: o debate teórico-metodológico. A elaboração e análise de indicadores sócio-econômicos. A investigação como dimensão constitutiva do trabalho do assistente social e como subsídio para a produção do conhecimento sobre processos sociais e reconstrução do objeto da ação profissional.

Ética Profissional: Os fundamentos ontológico-sociais da dimensão ético- moral da vida social e seus rebatimentos na ética profissional. O processo de construção de um ethos profissional, o significado de seus valores e as implicações ético-políticas de seu trabalho. O debate teórico-filosófico sobre as questões éticas da atualidade. Os Códigos de Ética profissional na história do Serviço Social brasileiro.